

# MACHINA MUNDI



Fernando Cristóvão  
(diretor)

II Série

n.º 3  
(dezembro de 2011)

CLEPUL

ISSN – 2182-169

[www.clepul3machinamundi.org/](http://www.clepul3machinamundi.org/)



OS IUSIADAS DE L. DE CA.

Que lo nembrodo & bar baro Gigante,  
Do Rei Saul, com causa tam temido,  
Vendo o Pastor inerte estar diante,  
So de pedras & esforço apercebido,  
Com palouras soberbas o arrogante,  
Despreza o fraco moço mal vestido:

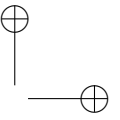
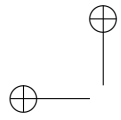
**Machina**  
**Alcazar**

Que está ajudado da alta fortaleza,  
A quem o Inferno horrifico se rende,  
Co ella o Castelhana, & com destreza,  
De Marrocos o Rei comete & offende.  
O Portugues que tudo estima em nada,  
Se faz temer ao Reino de Granada.

Eis as lanças & espadas retenião,  
Por cima dos arneses, brauo estrago,  
Chamão (segundo as leis que ali seguião,)  
Hús Masamede, & os outros Sançliago,  
Os feridos com grita o ceo ferião,  
Fazendo de seu sangue bruto lago,  
Onde outros meios mortos se afogauão,  
Quando do ferro as vidas escapauão.

Com

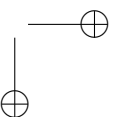
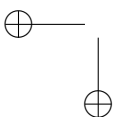


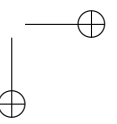
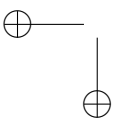
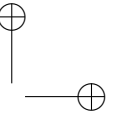
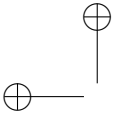


# MACHINA MUNDI

II Série, n.º 3

dezembro de 2011







Fernando Cristóvão  
(diretor)

# MACHINA MUNDI

II Série

n.º 3

CLEPUL

Lisboa

2011





LUSO**Sofia**:press

FICHA TÉCNICA

Título: *Machina Mundi*

II Série, n.º 3, dezembro de 2011

Diretor: Fernando Cristóvão

Comissão Científica: Annabela Rita, Beata Cieszynska, José Eduardo Franco, Maria José Craveiro

Coordenação Técnica: Sofia Santos, Luís da Cunha Pinheiro e Maurício Ieiri

Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: Luís da Cunha Pinheiro

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Lisboa, dezembro de 2011

ISSN – 2182-169

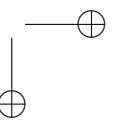
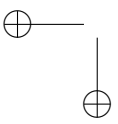
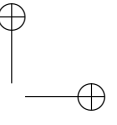
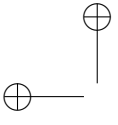
**Os textos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.**





“Ves aqui a grande machina do Mundo,  
Etherea e elemental que fabricada  
Assi foi do saber alto, e profundo”

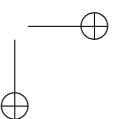
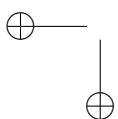
Luís Vaz de Camões, *Lusíadas*, Canto LXXX

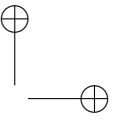
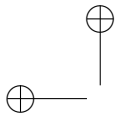




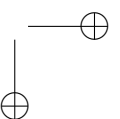
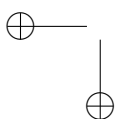
## Índice

<b>I EDITORIAL</b>	<b>7</b>
Boas Festas! . . . . .	9
Sumário . . . . .	10
<b>II TEXTOS</b>	<b>13</b>
Desafios e dificuldades na tradução de poesia com exemplos da poesia popular portuguesa e sérvia . . . . .	15
Tempos da História em tempo de poesia . . . . .	21
História e Educação: O Brasil e os brasileiros no discurso de Manoel Bomfim . . . . .	27
Um intelectual e seu discurso . . . . .	28
Um texto, uma época . . . . .	29
O Natal Madeirense e a condição insular . . . . .	33
<b>III ENTREVISTA</b>	<b>41</b>
Ana Paula Tavares . . . . .	43
<b>IV RECENSÕES CRÍTICAS</b>	<b>47</b>
Annabela Rita, Dionísio Vila Maior (coord.), <i>Do Ultimato à(s) República(s). Variações literárias e culturais</i> , Lisboa, Esfera do Caos, 2011. 430 p. . . . .	49



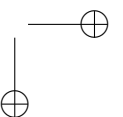
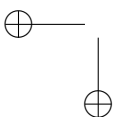


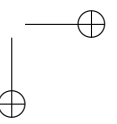
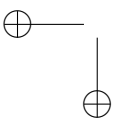
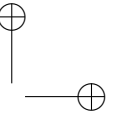
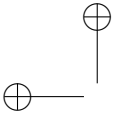
<b>V POESIA</b>	<b>55</b>
Homenagem à flor de um dia de três horas (página de um <i>Diário de Viagens</i> ) . . . . .	57
Novo Canto de Malazarte . . . . .	58
<b>VI EFEMÉRIDES</b>	<b>61</b>
Centenário do nascimento de Alves Redol . . . . .	63
50 anos da invasão de Goa pelas Forças Armadas Indianas . . . . .	64
<b>VII EVENTOS</b>	<b>67</b>
Actividades da Sociedade Histórica da Independência de Portugal na 1. <sup>a</sup> semana de dezembro . . . . .	69
Tertúlia à Quarta: “Onde está Deus quando morre um inocente?” . . . . .	69
Inauguração da Exposição “Tinta-da-China: Uma exposição de Pintura Chinesa Contemporânea” . . . . .	70
Apresentação do livro <i>Grandes Enigmas da História de Portugal – Vol. III – Dos Descobrimentos ao Marquês de Pombal</i> . . . . .	70
Oficina “Lisboa nas narrativas” – Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental . . . . .	71
<b>VIII PUBLICAÇÕES DO CLEPUL</b>	<b>73</b>
Sinopse de livros editados ou apoiados pelo CLEPUL . . . . .	75
Livros editados ou financiados pelo CLEPUL (2005-2010) . . . . .	79
2005 . . . . .	79
2007 . . . . .	79
2008 . . . . .	79
2009 . . . . .	80
2010 . . . . .	81





<b>IX ARQUIVO DOCUMENTAL</b>	<b>85</b>
Decreto do Príncipe Regente de Portugal pelo qual declara a sua intenção de mudar a corte para o Brazil, e erige uma Regencia, para governar em sua ausencia . . . . .	87
Eleição de Nossa Senhora da Conceição por defensora e protectora de Portugal e seus domínios . . . . .	89





**Parte I**  
**EDITORIAL**







## Boas Festas!

Em ano de tantas perplexidades sobre o futuro, a afirmação dos valores tradicionais, os mais variados que sejam, será sempre fator de estabilização e de confiança no futuro.

Até por isso, e ampliando a mensagem religiosa do Natal (Natal significa nascimento – de Cristo), viver esta quadra natalícia em ambiente de família, fraternidade, festa, arte, música, espetáculo, convivência, presentes... é, sem dúvida, forma de resistir ao pessimismo e acreditar no futuro, como se acredita na boa-nova do nascimento de uma criança.

Para todos os leitores envolvidos nesta máquina que reflete tanto o concerto como o desconcerto do mundo, o desejo de boas festas natalícias para todos é o voto sincero de quantos trabalham nesta *Machina Mundi*.



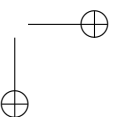
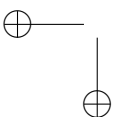


Figura 1: Presépio de Machado de Castro



## Sumário

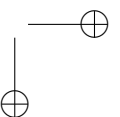
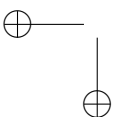
Neste número da *Machina Mundi*, procuramos congregar, como sempre foi o nosso mote, o multifacetismo temático que os desafios da língua e cultura portuguesas em diálogo com outras línguas e culturas. Nesse sentido, a secção de textos articula-se sob o primado da apresentação do multiculturalismo em algumas das suas vertentes literárias. A acrescentar à temática lusófona dos outros textos, o estudo “Desafios e dificuldades na tradução de poesia com exemplos da poesia popular portuguesa e sérvia” situa aspetos específicos desse diálogo intercultural, precisamente através da poesia como técnica, exemplificando com os casos portugueses e sérvios e demonstrando como, apesar das dificuldades que situam, por vezes, a disparidade de referências entre duas culturas, é possível um diálogo dialético entre as motivações que presidem à elaboração de uma linguagem poética de países e culturas aparentemente díspares. Nesta senda da exploração poética entre culturas, a obra da poetisa angolana Ana Paula Tavares (em especial *O Lago da Lua* (1999) e *Dizes-me Coisas Amargas Como os Frutos* (2001)), que temos a honra de entrevistar neste número, dá corpo a um estudo sobre a memória, sobre África e sobre as imagens do conhecimento de muitos leitores mas que ganham outra dimensão através do mundo interior da poetisa. Aqui, e servindo-se da técnica, a linguagem dá o necessário salto do sentido imediato das palavras para se realizar no imaginário humano transversal a todas as culturas. E porque a apreciação poética nem sempre esteve ao alcance de todos, o texto “História e Educação: O Brasil e os brasileiros no discurso de Manoel Bomfim” revela como é recente (o Brasil é um exemplo mas podemos pensar como, em Portugal, o programa de reeducação popular é extremamente tardio, senão dizer

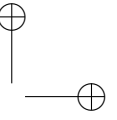
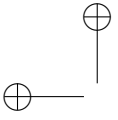




mais tardio) essa preocupação com o intelecto de uma nação cujo esclarecimento cultural nunca pode deixar de passar senão pelos seus representantes. Para fechar a secção de estudos, este mês com especial destaque para a poesia em quadra natalícia, José Eduardo Franco partilha a sua condição de insular a partir de uma reflexão acerca da construção do natal madeirense e das suas bases mitológicas, não tão afastadas de um imaginário nacional ainda hoje ideologicamente bem presente e que ainda preside aos estudos acerca da identidade portuguesa.

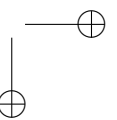
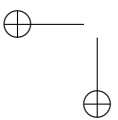
Além da entrevista já mencionada a Ana Paula Tavares, inauguramos este mês a secção **Poesia**, neste número com inéditos de investigadores poetas que, com referências geracionais e culturais díspares, despertam os sentidos do leitor através da uma construção imagética de duas culturas que ainda hoje dialogam, a japonesa e a europeia. Com as habituais rubricas de resenhas críticas efemérides e eventos, passamos igualmente a apresentar periodicamente um conjunto de sinopses de apresentação das obras apresentadas pelo CLEPUL, antecedidas de um útil Arquivo Documental que, fechando o número, possibilita mensalmente a investigação de fundo recorrendo a um dossier de fontes dos mais variados documentos históricos originais.





# Parte II

# TEXTOS







# Desafios e dificuldades na tradução de poesia com exemplos da poesia popular portuguesa e sérvia

Anamarija Marinović<sup>1</sup>

“Tradução é traição” é a frase mais frequentemente usada quando se fala tanto do processo da tradução no geral, como na tradução literária e, mais especificamente, de poesia. Um outro lugar comum que se repete bastantes vezes nas discussões sobre a tradução é que o original é sempre melhor do que a versão traduzida. Com esta afirmação nem sempre se questionam as aptidões do tradutor, nem a riqueza do seu vocabulário, nem os conhecimentos que ele pode ter da sua própria língua e da língua para a qual traduz. Apenas é importante salientar que, com a tradução, o texto original pode perder uma dimensão, o que não diminui necessariamente a sua qualidade. Na tradução de qualquer tipo de texto deve ter-se em conta não só a precisão lexical

---

<sup>1</sup> Mestre em Língua e Cultura Portuguesa PLE/ PL2 pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa onde atualmente está a frequentar o Doutoramento, preparando uma dissertação intitulada *Motivos de Beleza e Amor no Cancioneiro Popular português e Sérvio*. Traduziu a obra *A Europa Descantada* de Eduardo Lourenço. Participou em vários congressos, como por exemplo o das “Ordens e Congregações Religiosas em Portugal”, “A Europa das Nacionalidades”, e em diversas conferências sobre as culturas ibéricas e eslavas em contacto e comparação. As principais áreas de investigação são as literaturas comparadas, a literatura popular e o folclore e tópicos ibéricos e eslavos.



como também o “o espírito da língua-alvo”, isto é, que a tradução soe como se estivesse escrita originalmente nessa língua. Neste momento, colocam-se várias questões, sobre as quais vale a pena refletir, especialmente no domínio da tradução literária: como traduzir expressões idiomáticas, provérbios e regionalismos, como traduzir palavrões e linguagem da gíria e calão, o que se deve fazer quando não existe o termo exato para um fenómeno, e muitas mais, o que implica também a problemática da liberdade e responsabilidade do tradutor.

Num texto não literário, mais específico e técnico, o processo da tradução parece mais fácil, isto é, deve ter-se um conhecimento profundo da terminologia dessa área específica e uma precisão linguística. Na tradução literária é permitida uma maior liberdade, tendo em conta os critérios estilísticos, o desejo de se aproximar na maior medida possível da estrutura e lógica da língua para a qual se traduz, ou pode tratar-se apenas de uma opção do tradutor, porque, num determinado contexto, uma palavra pode “soar melhor”. As escolhas do tradutor devem ser, de certa forma, justificadas, uma vez que este não tem direito de se afastar do texto original, da mesma forma que um crítico literário não pode interpretar uma obra baseando-se em dados que a própria obra não lhe fornece. Do mesmo modo, o tradutor não pode “contar a história com as suas próprias palavras” se desconhece uma expressão que o autor do texto utilizou. Caso não exista uma expressão equivalente na língua para a qual se traduz, como é o caso dos provérbios e expressões idiomáticas, o tradutor pode encontrar uma explicação que mais se adequa ao significado da expressão em questão ou optar por explicar o termo numa nota de rodapé. Traduzir literalmente uma expressão idiomática, frase fixa ou jogo de palavras, seria errado, no sentido que o leitor seria impossibilitado de compreender corretamente o termo ou levado a pensar que esse tipo de inadequação linguística poderia ser uma falha do próprio autor, podendo, ainda, até surgir perguntas como “o que é que o escritor queria dizer com isto?”. As ambiguidades de sentido das palavras no texto original põem o tradutor perante o dilema se deve ou não procurar uma solução que representaria um jogo verbal, um neologismo ou um trocadilho, ou então traduzir a expressão em palavras simples e explicar o significado na nota do tradutor. No caso dos palavrões explícitos, deve chamar-se a atenção para o facto de que o tradutor não deve servir de censor, e que não lhe é permitido “suavizar” o termo usado, apesar da sua educação, cultura e eventuais escrúpulos. Esta questão resolve-se de forma





diferente nas legendagens dos filmes e séries da televisão, porque a política de traduzir ou não este tipo de linguagem depende da própria televisão.

Há que sublinhar que, por vezes, as editoras regem-se pelo critério comercial e, para atingirem um maior número de leitores e venderem melhor uma obra, permitem ao tradutor uma certa liberdade, em particular nos títulos. Esta estratégia até poderia ser justificável nos livros de auto-ajuda ou nos chamados livros de *literatura light*, que servem para ser lidos no tempo de férias, durante as viagens ou fora de um contexto institucionalizado. Se esta estratégia da tradução é usada nos livros mais comerciais não se deve recorrer a ela na tradução das obras que representam grandes clássicos literários.

A tradução da poesia deve ser feita com base em três critérios fundamentais: a precisão linguística, os conhecimentos da métrica da poesia da língua para a qual se traduz e a existência ou não da rima. No primeiro critério é permitida alguma liberdade do tradutor de forma a atingir alguns objetivos estilísticos, conseguir a rima ou simplesmente encontrar uma solução linguística mais bonita, mais adequada ao contexto ou mais fácil de memorizar o verso, não podendo, porém, o tradutor ir “demasiado longe” do sentido principal que foi fornecido pelas palavras do poema. A demasiada liberdade do tradutor pode correr o risco de não transmitir corretamente a ideia e a mensagem principal do poeta, induzindo o leitor numa conclusão errada sobre a tendência poética ou características desse determinado período ou marcas da linguagem e do estilo do próprio autor. A transmissão do pensamento do poeta é muito mais importante do que meramente conseguir a rima ou que o poema “soe bem”, embora seja verdade que, se a rima existe, é preciso tentar respeitá-la, sobretudo tratando-se de formas poéticas fixas tais como a redondilha, o quarteto o terceto e outras. Traduzir poesia em verso livre, que não obedece a regras rigorosas de rima e versificação, é aparentemente mais fácil, embora este possa ser o primeiro falso indicador do grau da dificuldade do poema. Quando se traduz poesia rimada, o tradutor é obrigado a pensar nas palavras que possam rimar sem se perder a ideia original do poema.

O conhecimento da métrica implica saber que tipos de versos e estrofes são as mais usadas numa determinada língua, numa determinada época ou as razões pelas quais um determinado poeta opta por essas específicas formas da métrica e versificação. Para respeitar a métrica e a rima é permitido inverter um pouco a ordem das palavras no verso, escolher vocabulário que pode ligeiramente variar dos termos originais sem se desviar demasiado do seu sentido.



A escolha do vocabulário pode reger-se pelo critério de “preenchimento” do número de sílabas no verso, mas esta não deveria ser a decisão principal do tradutor, uma vez que não se pode esquecer a escolha lexical do poeta e as suas ideias. Uma das dificuldades adicionais na tradução de qualquer texto, e sobretudo o poético, é a tradução para uma língua diferente da materna, uma vez que isso implica uma grande riqueza de vocabulário do tradutor e o conhecimento de pequenos pormenores relacionados com o uso, contexto e estilo das palavras escolhidas, com as variantes dialetais e regionais, os registos e muitos outros fatores extra-linguísticos, nomeadamente sociais e culturais. Este desafio pode tornar-se difícil, especialmente na tradução da poesia popular, porque além da mensagem universal que estes poemas têm, as cantigas populares traduzem partes da realidade quotidiana da comunidade em que surgiram. No caso da poesia popular portuguesa, é frequente o uso dos provérbios dentro das cantigas, que não acontece muito nas cantigas sérvias, uma vez que no espaço cultural sérvio se tem mais preferência por dizerem-se os provérbios soltos, podendo em última análise ser escolhidos como títulos dos poemas, por decisão dos compiladores das coletâneas. A tradução da poesia popular é aparentemente mais fácil que a erudita, uma vez que o tradutor com a escolha do vocabulário e ideias que lhe são conhecidas desde a infância não corre o risco de traduzir mal um determinado autor ou de transmitir uma ideia errada sobre uma obra em particular, uma vez que as obras populares são de autoria anónima.

Na parte mais prática das reflexões sobre a tradução da poesia popular portuguesa e sérvia, deve mencionar-se que o verso predominante em que foi composto o maior número de poemas populares portugueses é o heptassílabo, verso de sete sílabas. Na versificação, os versos inferiores a oito sílabas qualificam-se como versos de arte menor, supondo-se que, para elaborá-los, é preciso ter-se menos conhecimento de regras versificatórias do que elaborar um alexandrino (12 sílabas) ou algum outro verso de “arte maior”. A estrofe que está mais presente na lírica popular portuguesa é a quadra, de quatro versos, de rima *abcb*, sendo, desta forma, o segundo e o quarto verso os que rimam. É menos frequente encontrar-se a “quadra completa” ou “quadra quadrada” de rima *abab*. Neste caso, rimam o primeiro e o terceiro versos e, por sua vez, o segundo e o quarto, o que implica a eventual autoria erudita, ou que a pessoa que inventou a quadra pela primeira vez tinha alguns conhecimentos suplementares sobre a poesia e a teoria da versificação. A razão



de, na poesia popular portuguesa, predominarem justamente este verso e esta forma métrica explicava-se antigamente pela “natureza da língua” ou “alma do povo”. Mesmo que hoje em dia estes argumentos sejam em grande medida ultrapassados, não se pode negar que cada língua tem a sua própria melodia de acordo com a qual se escolhe o tipo de verso que mais se adequa à língua. Na poesia popular lírica sérvia existe uma maior variedade de versos e estrofes, sendo, porém o mais cultivado o decassílabo, verso mais visível na poesia popular épica. O que diferencia o decassílabo épico (heróico) e lírico (sáfico) é o lugar da cesura (pausa) no verso. No heróico, a cesura encontra-se depois do sexto e décimo verso, e no sáfico a pausa é fixada depois do quarto, oitavo e décimo verso. Em relação ao tipo de estrofe, na poesia popular sérvia, ele não é tão uniforme como na literatura popular portuguesa e pode variar desde o dístico até as estrofes maiores e mais complexas.

Além de dever conhecer a parte formal da poesia popular, o tradutor deve saber se os poemas também são cantados, em que situações se usam, quais são as tradições populares que se relacionam com o canto desses poemas, etc.

Nos exemplos concretos de tradução de poesia popular portuguesa e sérvia viu-se que as dificuldades, e ao mesmo tempo desafios de tradução, se encontravam principalmente na parte formal, isto é, na procura de se satisfazerem os critérios da métrica e da rima. Do ponto de vista do conteúdo, nem sempre foi fácil traduzir quadras portuguesas com algum provérbio inserido, por ausência do equivalente exato ou expressão proverbial semelhante. Traduzir prosa, poesia ou qualquer outro género literário torna o tradutor uma espécie de segundo autor, o que aumenta a sua criatividade, mas também a responsabilidade.







# Tempos da História em tempo de poesia

Maria José Craveiro<sup>2</sup>

*Eu e a minha terra não nos separamos.*

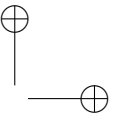
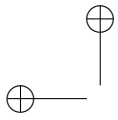
*Ana Paula Tavares*

Ana Paula Tavares trabalha “com um legado que a sorte pôs à [sua] disposição”. São suas estas palavras. A sua poesia está ligada à vida, à vida do homem (neste caso, da mulher), das crianças, da terra, da solidão, do desespero, do grito. A poesia de Ana Paula Tavares tem os seus entrelaçamentos nas (re)dobragens da língua portuguesa.

---

<sup>2</sup> Doutorada em Língua e Cultura Alemãs pela Universidade Católica Portuguesa. Investigadora do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL). Membro da Direção do CLEPUL. Desenvolve investigação em Estudos Europeus, particularmente na área das culturas europeias comparadas, globalização, multiculturalismos e reflexões sobre mito e misticismo. A Literatura Alemã e a Literatura Comparada são também áreas de interesse fundamental, nomeadamente no modernismo e na contemporaneidade. Desta investigação resultaram duas teses (a de mestrado e a de doutoramento) e várias publicações e conferências.



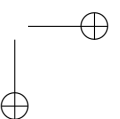
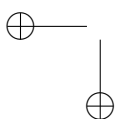


Assim, Ana Paula Tavares abre horizontes que estão fechados na arca da memória, rastreia o passado e sonha o futuro, esse “tempo prometido p’ra viver” que chega esbatido “no tempo da espera” (“O cercado”, *Dizes-me coisas amargas como os frutos*), reencontrando a paisagem ancestral das suas raízes, à qual confere uma certa feição melancólica:

“De que cor era o meu cinto de missangas, mãe / feito pelas tuas mãos  
/ e fios do teu cabelo”...

A poetisa conduz-nos por um meandro de sentimentos e emoções, levando-nos a acompanhá-la num labirinto de descobertas, num esmiuçar de afetos em que a memória tem um espaço privilegiado. Através dela revisitamos África e o passado adquire uma dimensão quase mítica, onde as paisagens se reconstituem, as imagens se sobrepõem e justapõem, como se se tratasse de uma montagem, que resulta desse exercício poético do reencontro com as dimensões recônditas da sua interioridade poética.

Transporta o leitor a um mundo interior em que se revela uma realidade que não é de todo desconhecida para muitos leitores. A enumeração referen-





cial, num discorrer de forte cariz emotivo, arrasta o leitor para o percurso que a autora realiza. E aí, nas imagens que a memória reencontra e o coração revitaliza, os lugares que evoca, os rostos e as sombras a que dá vida desvelam-se pela magia da palavra criadora.

*Mukai*

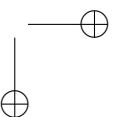
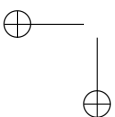
Corpo já lavrado  
equidistante da semente  
é trigo  
é joio  
milho híbrido  
massambala

resiste ao tempo  
dobrado  
exausto  
sob o sol  
que lhe espiga a cabeleira.

O vento semeado  
desagua cada ano  
os frutos tenros  
das mãos  
(é feitiço)  
nasce  
a manteiga  
a casa  
o penteado  
o gesto  
acorda a alma  
a voz  
olha p'ra dentro do silêncio milenar.

(Mulher à noite)

Um soluço quieto  
desce  
a lentíssima garganta





(rói-lhe as entranhas  
um novo pedaço de vida)  
os cordões do tempo  
atravessam-lhe as pernas  
e fazem a ligação terra.

Estranha árvore de filhos  
uns mortos e tantos por morrer  
que de corpo ao alto  
navega de tristeza  
as horas.

O risco na pele  
acende a noite  
enquanto a lua  
(por ironia)  
ilumina o esgoto  
anuncia o canto dos gatos  
de quantos partos se vive  
para quantos partos se morre.

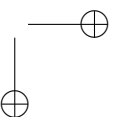
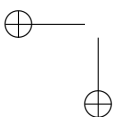
Um grito espeta-se faca  
na garganta da noite

recortada sobre o tempo  
pintada de cicatrizes  
olhos secos de lágrimas  
Dominga, organiza a cerveja  
de sobreviver os dias.

*(O Lago da Lua)*

Ana Paula Tavares representa nos seus poemas a natureza sofrida, resistente, “pintada de cicatrizes”, da mulher africana, de “corpo já lavrado” que “resiste ao tempo / dobrado / exausto / sob o sol”. Ao lado do sofrimento, o trabalho implacável suplanta a esperança.

[www.clepul.eu](http://www.clepul.eu)







Nos sons das palavras Ana Paula narra as funduras da ancestralidade africana, ligada a uma família social feita de uma “estranha árvore de filhos” que, nos “cordões do tempo”, se reproduzem na morte. A sua fala é oral, pungida, podemos sentir o tempo que tinga as coisas da terra e da vida, um tempo que se detém nos costumes das gentes, dos afetos e do lugar.

A sua poesia nasce do grito, ricocheteando a voz em munição de miséria. *November without water* é uma poesia de sobrevivência, envolvendo resíduos de uma memória recente, captando efeitos, ritmos, situações, através dos fragmentos em que se fixa o instante do seu olhar atento. E dele jorra a palavra, ziguezagueando pela memória de um tempo de independência (11 de novembro – celebração da Independência de Angola), contestando a situação brutal dos meninos e adolescentes numa terra que a guerra dividira, onde o único brilho se encontra nos olhos daqueles que choram.

*November without water*

Olha-me p'ra estas crianças de vidro  
Cheias de água até às lágrimas  
Enchendo a cidade de estilhaços  
Procurando a vida  
Nos caixotes do lixo.

Olha-me estas crianças transporte  
Animais de carga sobre os dias  
Percorrendo a cidade até aos bordos  
Carregam a morte sobre os ombros  
Despejam-se sobre o espaço  
Enchendo a cidade de estilhaços.

(*O Lago da Lua*)

E aqui se revelam aspetos históricos que começam a preencher espaços em branco, de nomeação, onde se increveram outras diferenças que justificaram e reclamaram novas formas de vida. Tempos da História, tempo de poesia,





onde as imagens se interpenetram, ressurgem, interrogam-nos, e se tornam emblemas.

E quando o *dever* se transmutar em *agora*, estas imagens serão percebidas por outros olhos... os nossos... Então poderemos ver o tempo, sentir o tempo fixado na atualidade do instante, desse momento que *insta*, que nos convida a um olhar... detetado por outro olhar...





# HISTÓRIA E EDUCAÇÃO

## O Brasil e os brasileiros no discurso de Manoel Bomfim

Rosane dos Santos Torres<sup>3</sup>

*Somos educadores para dar à sociedade homens aptos e  
vigorosos, de corpo e de espírito, feitos para a justiça e  
para a razão (...).*

(Manoel Bomfim. Discursos, 1904)

---

<sup>3</sup> Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e Mestre em História Social pela mesma universidade, tendo defendido uma dissertação intitulada *Filhos da Pátria, Homens de Progresso: o Conselho Municipal e a Instrução Pública Federal (1892-1902)*. É investigadora na área da História da Educação, com ênfase nas políticas educacionais implementadas na cidade do Rio de Janeiro na passagem do Império para a República, acompanhando as iniciativas, os projetos e os discursos voltados para a inserção das classes populares no “mundo letrado”.

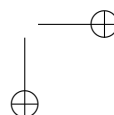
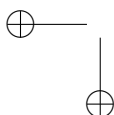




Figura 2: Manoel Bomfim, 1905

### Um intelectual e seu discurso

“Não há progresso na ignorância. Na economia social de nossa época, país de analfabetismo quer dizer: país de miséria e pobreza, de despotismo e degradação.” Com essa frase Manoel Bomfim resumiu boa parte de seu entendimento acerca do atraso brasileiro frente às nações ditas civilizadas; com essa frase ele sintetizou um pensamento muito caro aos seus contemporâneos: o progresso nacional e a difusão da instrução como mecanismo de organização social.

Confiantes nos efeitos positivos advindos do aperfeiçoamento intelectual e moral da população, muitos foram os autores que defenderam a oferta da *instrução* e da *educação* como um caminho possível de modernização da sociedade brasileira. Trabalhadas em conjunto, elas preveniriam o aumento da *criminalidade*, da *ociosidade* e da *mendicância*, ao mesmo tempo em que impulsionariam setores importantes da economia, contribuindo com o comércio, com as indústrias, com as manufaturas, etc. É esse pensamento que vai permear boa parte dos projetos educacionais formulados no início da República – e mesmo antes dela –, e que vai mobilizar a atenção de diferentes segmentos da sociedade.

Intelectual sergipano de grande engajamento nos assuntos envolvendo o *Progresso do Brasil*, Manoel Bomfim pode ser considerado um pensador bas-



tante importante dentro do cenário político e intelectual brasileiro na passagem do século XIX para o século XX. Chamado por alguns estudiosos de “o rebelde utopista”, ele dedicou boa parte de sua vida “ao projeto que julgava ser imprescindível ao processo de superação do atraso brasileiro: *a instrução básica, popular e plena*”.<sup>4</sup> Em seu entendimento, o desenvolvimento do país passava inevitavelmente pela *instrução*. De sua difusão dependia o crescimento econômico, político, social e moral da nação; de sua aquisição dependiam a liberdade e a consciência do *povo*.

Embora tenha iniciado sua vida acadêmica na Faculdade de Medicina da Bahia (1896-1890), foi no campo da instrução que ele experimentou um notável envolvimento. Além de professor e diretor do *Pedagogium*, Bomfim também ocupou o lugar de Diretor Geral da Instrução Pública, no governo de Pereira Passos. E foi justamente no exercício dessas atividades – embora as aqui mencionadas contemplem apenas uma parte de sua atuação no magistério público –, que captamos um elemento recorrente em sua produção literária: a formação de cidadãos conscientes de seu papel social.

Autor de mais de 20 obras, entre seus escritos destacam-se: *A América Latina: males de origem* (1905), *Através do Brasil* – co-escrito por Olavo Bilac – (1910), e a trilogia composta por: *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na História* (1930) e *O Brasil Nação* (1931). Segundo alguns pesquisadores, livros dedicados à análise da formação da nacionalidade brasileira e às discussões sobre as “qualidades de sua gente”. Seu discurso – carregado de peculiaridades, mas também repleto de aproximações com outros intelectuais do período – nos ajuda a problematizar os diversos “projetos de futuro” elaborados pela intelectualidade brasileira, em que pesem suas diferenciadas representações do *Brasil* e do *povo brasileiro*.

## Um texto, uma época

Se, como afirmam muitos estudiosos, a obra de Manoel Bomfim foi durante tanto tempo mantida no mais absoluto silêncio, o mesmo não se pode dizer sobre suas ideias. Seu pensamento ganha destaque tanto porque aponta para

<sup>4</sup> Cf. Ronaldo Conde Aguiar, *O Rebelde Esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2000, p. 26.



as mazelas que desde cedo assolavam a população brasileira, como – e principalmente – por suas defesas extremadas quanto ao futuro da nação; futuro que, para ele, passava inevitavelmente pela difusão da instrução primária.

Em um período em que os debates em torno do *progresso nacional* mobilizavam a atenção de diferentes segmentos, torna-se necessário afirmar que a ideia de “(re)construção do Brasil” não expressa um movimento homogêneo e harmonioso. Contrariamente, observa-se que a maior parte dos discursos e projetos voltados para a superação da pobreza e do atraso social e econômico do país está assentada em disputas e conflitos.

Embora esse sergipano tenha produzido muitos textos ao longo de sua vida – de maneira que seu trabalho intelectual pode ser considerado “intenso” até os anos de 1930, quando veio a falecer –, parece-nos fundamental acompanhar sua produção durante os primeiros anos de construção do Brasil como um país republicano. Conjunturalmente, esse foi um período bastante delicado para o assentamento da ruptura política provocada pelo novo regime, da mesma forma que se constituiu em um momento importante para o engajamento de Bomfim nos assuntos ligados ao magistério público.

Reportando-nos à cidade do Rio de Janeiro – então *Capital da Federação* e *locus* de sua atuação como professor –, encontramos alguns dos elementos que serviram de pano de fundo para que ele – e outros autores da época – elaborasse seu diagnóstico sobre “os nossos males mais elementares”. Trata-se de um ambiente que abrigava um contingente populacional vertiginoso, distribuído em construções muitas vezes irregulares e precárias, que cotidianamente enfrentava graves problemas relacionados ao saneamento urbano, ao transporte, à oferta de emprego e ao abastecimento de água e de alimentos.

É nesse contexto de adversidades, e para uma população em sua maioria analfabeta, que a temática do ensino ganhou força. O acelerado crescimento urbano, aliado à precariedade que caracterizava o dia-a-dia da população mais pobre, passou a ser visto como um perigo social, contra o qual as autoridades republicanas empreenderam uma ampla política de intervenção. Seja entre os representantes do Estado ou difundida entre elementos da sociedade civil, a ideia de conquistar um futuro melhor para “nossa gente” e de *civilizar* a população entregue “à barbárie” encontrou grande acolhida. Esse era o pensamento de parlamentares, juristas, médicos, professores, jornalistas. Esse era o discurso de Manoel Bomfim.

Em setembro de 1897, ele publicou no jornal *A República* um artigo no

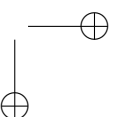
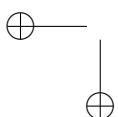


Figura 3: Morro do Castelo, em 31/08/1920 (Fotógrafo Augusto Malta)

qual discutia a “capacidade criadora” da instrução. Nesse texto, Bomfim afirma que não existe “outro meio – se não a instrução – de fazer compreender os homens que eles não devem esperar o bem-estar e a prosperidade da força de decretos”. Para ele, os homens devem prosperar a partir “do próprio esforço”, “do trabalho inteligente”, e não pela fatalidade de leis econômicas. “A liberdade [de um povo] não se cria pela virtude mirífica das leis”. É pela compreensão dos nossos “direitos e deveres cívicos” que nos constituímos livres, sobretudo em um Estado democrático.

Mais adiante ele afirma haver um visível atraso do país frente aos povos “cultos”. No entanto, diante dessa *inferioridade efetiva* ele afirma haver um único remédio: “a necessidade imprescindível de atender-se à instrução popular”. Isto é, uma educação que atendesse a todos, que preparasse os alunos para o cumprimento de seus deveres pátrios e que, ao mesmo tempo, lhes desse condições de fazer engrandecer sua família, pela via do trabalho, e seu país.

Seu discurso aparece, então, com algumas diferenças em relação a alguns de seus contemporâneos. Enquanto autores como Nina Rodrigues e Silvio Romero “viam na multirrealidade racial” a causa da inferioridade brasileira, Manoel Bomfim lhe atribuía outra razão: considerava-a resultado da *ignorância* e da *falta de preparo dos brasileiros*. Contrariando as alegações dos determinismos naturais, traduzidos principalmente pelo clima tropical e pela



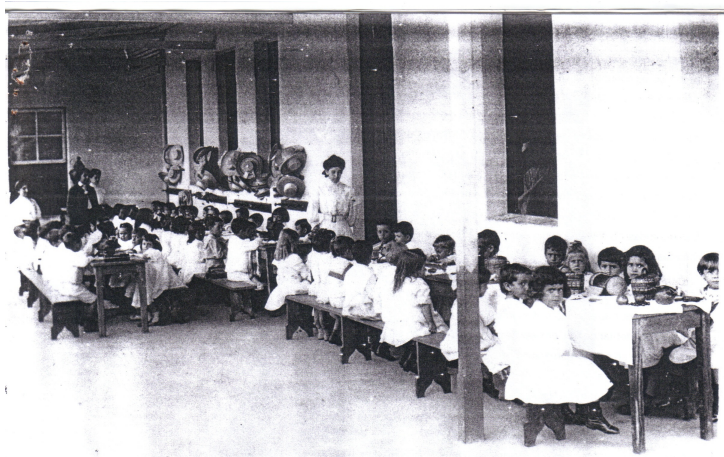


Figura 4: Escola Estadual Delfim Moreira. Belo Horizonte, 1910 (Museu da Escola, Centro de Referência do Professor)

mistura das raças, ele conferia à ausência de instrução o motivo dos males que afligiam o país. E, para esse mal – curável aos seus olhos –, receitava simplesmente a difusão da instrução primária, “por ser a que mais se refere à grande maioria da população”.

Essa tônica o acompanharia por longos anos. Em seu livro *A América Latina: males de origem*, publicado em 1905, ao fazer uma análise detalhada das causas do atraso e da miséria geral do continente, ele chega à conclusão de que seus “males de origem” não provinham dos povos que o habitavam; sua *inferioridade* era um produto do “parasitismo colonial”. Novamente ele refuta as explicações do chamado *racismo científico*, e enfatiza seu mais eficaz mecanismo de superação: “a instrução básica, pública e massiva”.

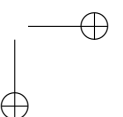
Essa é uma questão fundamental para a compreensão dos debates e discursos produzidos na passagem do século XIX para o século XX. Se por um lado nos apresenta a maneira como a instrução/educação aparecia nos diferentes discursos da época, por outro nos revela que não houve uma homogeneidade de pensamento em torno da *questão nacional*. Ao deslocar a desqualificação dos segmentos populares para a ausência de instrução, e não atribuí-la à questão racial, por exemplo, Manoel Bomfim nos dá pistas importantes nesse





sentido. Dada a diversidade de pensamentos concorrentes nesse momento, torna-se imperioso reafirmar que o projeto de (re)construção do país reflete disputas e conflitos, tanto em relação ao Brasil que se pretendia (re)construir, quanto em relação aos elementos responsáveis pela execução desse ideal.

Essa é uma questão importante também para o mapeamento dos projetos educacionais vigentes na cidade do Rio de Janeiro no início da República, pois nos revela o sentido que a “formação do povo” assumia em certos discursos da época. Ancorados nos padrões burgueses ocidentais de “progresso”, de “civilização” e de “modernidade”, muitos foram os que ressaltaram o papel fundamental da instrução no longo caminho a ser percorrido em busca do desenvolvimento brasileiro. Personificando a fórmula da redenção social, a “educação popular” cristalizou-se como a via necessária e indispensável para “salvar” a mocidade republicana da “degeneração”. Transformada em uma preocupação social, políticos, literatos, juristas, médicos, jornalistas, entre outros, viam a “educação” como um importante mecanismo de organização da sociedade, de maneira que, em seus discursos, propunham oferecer à população, sobretudo às classes populares, os meios de inserção no mundo letrado, que, conseqüentemente, possibilitaria a elaboração de um “outro” Brasil e de “novos” brasileiros.







# O Natal Madeirense e a condição insular

José Eduardo Franco<sup>5</sup>

O Natal Madeirense consubstanciado na simbologia maior da sua lapinha é, entre outras lições, uma excelente lição ecológica. De ecologia natural e social. Certamente a contemplação da natureza oferecida pela beleza da paisagística da Madeira representou um papel importante na modelação peculiar da grande solenidade do nascimento de Cristo.

Aliás, podemos recordar aqui, até para gáudio e honra da Madeira, que a palavra ecologia, na acepção que está hoje em voga, resultou da observação científico-romântica da natureza desta ilha pelo famoso cientista alemão Ernst Hæekel no século XIX. Este notável investigador das Ciências Naturais europeias fez uma viagem científica à ilha da Madeira que o teria fascinado. Com base na observação da fauna e da flora madeirense, das condições orográficas e da relação entre o processo da humanização da paisagem e a integração

---

<sup>5</sup> Diretor Adjunto do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL), Presidente do Instituto Europeu Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes. Obteve o grau de doutoramento na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris na área de História Moderna e Contemporânea e na especialidade de História e Civilizações, dirigida pelo Professor Doutor Bernard Vincent, com a classificação final de Très Honorable avec Félicitations e com indicação do Júri para que a tese, intitulada *O mito dos Jesuítas em Portugal – séculos XVI-XX*, fosse publicada em Língua Francesa.





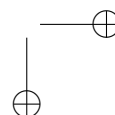
da sociedade no meio natural fez um relatório científico que apresentou à sua universidade na Alemanha. Nesse relatório é pela primeira vez enunciado o conceito de **ecologia**, cuja raiz etimológica grega significa uma casa para todos ou que todos tenham lugar em harmonia com o meio natural. Ora na contemplação, algo romântica, da integração da sociedade madeirense no meio natural espectacular desta ilha, o cientista alemão imaginou o modelo perfeito de uma relação harmónica e integrada do homem com a natureza. Assim surge o conceito de ecologia e as preocupações a ele associado que fazem, no decurso do século XXI, uma das prioridades mais urgente a ter em conta para a construção de um futuro melhor.

\*\*\*\*

O Natal, solenidade religiosa maior que se tornou historicamente central na cultura madeirense, afirmou-se como a festa por excelência para onde converge toda a expectativa anual de um tempo de repouso, de interioridade, de fraternidade, e até dos prazeres intimistas do convívio familiar, da comensalidade e dos cantares. A centralidade do Natal é bem revelada pelo cognome antecedido pelo pronome definido por que é mais conhecida: “A Festa”.

Uma das tradições peculiares desta quadra festiva é aquela que o povo madeirense costumava celebrar com muito fervor e devoção em torno da solenidade que a Igreja fixou no dia 17 de Dezembro: a festa de Nossa Senhora do Ó, isto é, a expectativa da Virgem Maria pelo nascimento do seu Filho. Esta festa constitui um marco fundamental da liturgia do advento para o povo madeirense. O dia do Ó adquiriu um enorme simbolismo mesclado com uma boa dose de superstição ligada ao mistério da vida. É precisamente na véspera dessa festa que começa o famoso ciclo da celebração das famosas missas do parto, novena eucarística que constitui umas das marcas mais originais do Natal Madeirense. O dia do Ó é o dia especialmente escolhido para a matança do porco, entre outros costumes e rituais relativos à vida.

Ressalve-se que os madeirenses desenvolveram uma especial predilecção por tudo o que envolve o nascimento. Encaram-no como um mistério pintado de bênção e de maldição. Com efeito, como explica Jacques Gélis, “pela maneira de acolher o recém-nascido uma sociedade revela as suas raízes profundas, a sua consciência da vida”.





Esta festa consiste precisamente na celebração peticional da vida que se quer cheia de bênção e de graça e que seja profusa para todos. Vale a pena recordar a explicação do estudioso Eduardo Pestana: “Como a rotundidade da letra O lembra o estado do ventre da mulher nos últimos tempos da gravidez, e como a festa da Senhora do Ó se realiza mesmo à boca do natal, apenas oito dias antes do dia 25 de Dezembro, o povo assentou em que nessa festa se celebrava a gravidez da Virgem Santíssima, mas gravidez manifesta, clara, visível aos olhos de toda a gente e da qual havia de sair o Messias, Jesus, o Redentor do Mundo”.

O realce dado à festa do Ó é mais um dos aspectos que evidenciam as raízes medievais do Natal Madeirense, modelado no arquipélago pela acção pastoral de marca franciscana.

Buscando genealogias e analogias, podemos encontrar, no século XVII, o Padre António Vieira a proferir um sermão dedicado a “Nossa Senhora do Ô” que constitui uma das mais célebres e belas peças dos vastos volumes da sua parenética. O sermão foi pregado na igreja de Nossa Senhora da Ajuda da Baía, no ano de 1640. É um sermão de louvor, rico em pensamento e imagens sublimes proferido para assinalar uma festa importante na capital da sociedade colonial brasileira. A homilia é ao mesmo tempo reveladora de que aquela devoção mariana resulta de uma tradição que os portugueses levaram para as terras descobertas. Portanto, estamos perante uma tradição de origem medieval. São do grande pregador estas palavras que definem e justificam o cognome da Mãe de Jesus Cristo que vai beber à tradição já existente: “O título da festa é a expectação do Parto e os desejos da mesma senhora debaixo do nome do O. E porque o O é um círculo e o ventre virginal outro círculo o que pretende demonstrar em um e outro é que assim como o círculo do ventre virginal na conceição do Verbo foi um O que compreendeu o imenso, assim o O dos desejos da Senhora na expectação do parto foi outro círculo que compreendeu o eterno”.

É interessante verificar que o O assume aqui outro significado respeitante à interpretação clássica da circunferência como figura geométrica que simboliza a perfeição. É o próprio Padre António Vieira que aponta isto mesmo no início do seu sermão: “A figura mais perfeita e mais capaz de quantas inventou a natureza e conhece a geometria o círculo”.

Apesar de todo o colorido e do simbolismo que a criatividade popular associou a esta festa, a atribuição do nome de Nossa Senhora do Ó à virgem





deve-se originalmente a uma razão litúrgica: o facto das antífonas que se rezam desde esse dia até ao dia de 24 de Dezembro começarem pelo vocativo Ó:

Ó Sapientia, quae ex ore altissimo prodisti,  
Ó Adonai et dux domus Israel,  
Ó Radix Jesse, qui stas in regnum populorum,  
Ó clavis David,  
Ó Oriens, splendor lucis aeternae,  
Ó rex gentium,  
Ó Emmanuel, Rex et legifer noster

Importa realçar quanto a este e a outros aspectos do natal madeirense o efeito modelador da influência evangelizadora de matiz franciscana. Os franciscanos possuíam toda uma espiritualidade muito ligada à contemplação da natureza que herdaram do seu pai espiritual São Francisco de Assis, que faz deste santo cristão um dos patronos por excelência do ideário ecológico que nos empenha hoje em dia. Como sabe, uma tradição assevera que a ideia da construção do presépio como forma de recordar o nascimento de Jesus é da autoria daquele grande santo medieval.

Segundo reza a história, São Francisco montou, no ano 1223, um presépio no bosque de Gressio, em Itália, tendo como pano de fundo árvores gigantes, longínquas montanhas alterosas e toda a vegetação do local a servir de cenário com os animais que por lá vagueavam a personificar a admiração das criaturas. O santo não pensou certamente no cenário da paisagem de Belém da Palestina, mas na grandeza estética que o seu coração idealizava. Foi, sem dúvida, esta espiritualidade baseada no coração, no maravilhoso, na contemplação da natureza que os franciscanos transmitiram ao povo da Ilha. E tinham alguns factores importantes a seu favor que facilitaram a transmissão da mensagem: a beleza espectacular da natureza de que a Madeira era um exemplar qualificado, a simplicidade e as ricas tradições que o povo trazia da metrópole e o isolamento social e geográfico que a condição de ilha favorecia.

O Natal Madeirense assume de facto aqui um perfil tão peculiar. Aliás, por exemplo, sabe-se que foram os franciscanos que introduziram a tradição litúrgica das missas do parto que é um elemento distintivo do natal desta terra.





Estes elementos de carácter histórico que acabamos de analisar mostram-nos que o Natal madeirense é herdado das tradições dos povoadores portugueses, tendo sido depois recriado ao sabor da espiritualidade transmitida pelos guias espirituais e adaptado às condições existenciais do povo na relação com o meio natural.

Na verdade, o natal madeirense é mais do que um acontecimento isolado, é uma celebração magnífica que envolve toda existência do povo ilhéu e que constitui uma verdadeira celebração da vida. Como reflecte Gélis: “A evocação da vida leva sem cessar à fonte da vida, a Deus, à terra, sobretudo, à sua respiração lenta, aos seus ritmos”. Esta celebração é vivida triadicamente ou piramidalmente se quisermos: Deus no topo da pirâmide, o homem e a natureza na base. Como bem representa o presépio típico madeirense chamado lapinha. É a Festa que envolve toda a natureza com o seu criador e participada activamente pelo homem. O Natal é a expectativa da chegada do Senhor da vida para dar mais vida, a plenitude da vida.

\*\*\*\*

As especificidades do Natal expressam de algum modo as características psico-sociais da configuração mental do povo ilhéu e são reveladoras da idiosincrasia individual e colectiva do Madeirense.

O Madeirense partilha com os outros ilhéus – mas nele com uma marca distintiva acentuada e especial – aquilo que designamos por “mentalidade de cercado” ou “complexo de ilha”. A ilha é como uma fortaleza com as suas góticas montanhas e os seus profundos vales encaixados entre ravinas gigantes. O mar que cerca a ilha é ao mesmo tempo horizonte e muralha ou abismo que separa os ilhéus do continente exterior. Marcado pelas suas características orográficas e pelo isolamento que marca a sua condição de ilhéu plantado no meio do grande oceano, a 900 km do continente, o Madeirense desenvolveu uma mentalidade reservada e suspeitosa em relação a tudo o que vem de fora. O seu carácter é revelador de uma certa timidez numa primeira abordagem relacional, o que faz dele o tipo eneagramatológico dominante representado pelo “observador”, curioso e esperando ver o que vai acontecer antes de agir, antes de tomar iniciativa ou de expandir-se num primeiro encontro. A sua condição de insular, isolado no seu berço ilhéu, é marcada pela





expressão de uma certo complexo de inferioridade. Complexo manifestado na tendência para engrandecer, espantar, ou sobrevalorizar, em extremo positivo ou negativo, tudo o que atravessa o mar e aporta na ilha.

A sua tendência para a introversão em relação ao que chega do exterior reflecte uma atitude de defesa em relação à ameaça que tende a ver ao seu *modus vivendi* que muito preza em termos de valores e de relações.

As características próprias do Natal madeirense, nomeadamente a construção popular da lapinha, expressam de algum modo a atitude de encantamento que desenvolveu em relação ao seu meio natural. A consciência extrema que tem da beleza da sua terra, que faz dela uma espécie de recanto do paraíso, que exalta como incomparável, reflecte-se nas construções efémeras natalícias. De algum modo, *Deus só poderia nascer na Madeira*, ou seja, num lugar tão brindado como a Madeira pelos encantos luxuriantes de uma natureza que parece um resto de paraíso digno de ser o lugar do nascimento do salvador que veio para operar a nova criação.

Assim a condição insular faz do natal algo muito seu, a festa da celebração da vida, uma festa intimista, da comunhão do divino com o humano e do humano com a natureza. O isolamento ilhéu fez do natal um recorte, uma expressão de uma mentalidade encantada e encantante que no aconchego natalício acentua a dimensão mítica de ilha-paraíso enquanto povo e enquanto natureza que na sua reserva realiza no natal a utopia de uma humanidade nova, a utopia da comunhão entre os homens e dos homens com a natureza, que pode ser expressada no nosso poema como epílogo do que queremos significar:

### O Natal do Quinto Império

Quinto império, esse futuro de mistério,  
Sonho de amáveis delícias universais,  
Mil anos de fraternidade e de etéreo,  
A utopia sensível e drusifforme de paz!

Quinto Império, profecia de um mundo são:  
Tornar íntimas as raças e as religiões amigas,  
Fazer da humanidade uma multicolor nação,  
Recebendo fatias de céu azul como espigas!



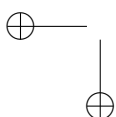




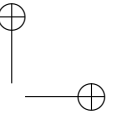
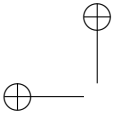
Quinto Império, o paraíso de novo recuperado,  
Natureza florida dando a todos o necessário,  
O verdadeiro futuro das esperanças do passado,  
A ressurreição dos sonhos mortos no calvário!

Quinto Império, o inédito encontro universal  
Das veias onde corre dos povos todos o sangue  
Diz Portugal por Pessoa, este país especial  
Donde o todo do diverso em relevo se expande.

Quinto Império, promessa da divina justiça,  
O justo amanhecer da plebeia esperança,  
O desejo mais nobre que a alma atija,  
O tempo dos reis com coração de criança!

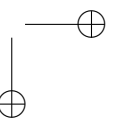
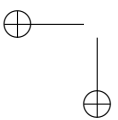






# Parte III

## ENTREVISTA







## Ana Paula Tavares



Ana Paula Tavares, poetisa e historiadora, coordena o Grupo de Investigação 2 (Literaturas e Culturas Africanas) do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL).

Do seu currículo profissional constam vários cargos, que passam pelo Ensino, a Museologia, o Património, a Animação Cultural, a Arqueologia e a Etnologia, sendo frequentemente convidada para participar em simpósios e congressos nacionais e internacionais.

Com livros de poesia publicados, a autora figura em vários jornais e revistas de Angola, Galiza, Brasil, Cabo Verde e Portugal.

*Tendo em conta a imagética da sua poesia, muitas vezes centrada na contemplação da Natureza como meio veicular do ser humano a uma entidade panteísta, (como alguns poemas do O Lago da Lua, por exemplo “Mukai”), o que a inspira poeticamente, hoje, neste mundo globalizado?*

O meu lugar de escrita é cada vez mais o lugar das origens, espaço aprisionado, lugar das representações e de um mundo agora, mais do que nunca

[www.lusosofia.net](http://www.lusosofia.net)





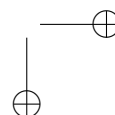
perdido. Os pastores de onde sou originária vivem e morrem num mundo moderno e global. A minha poesia chama a si a vontade de um princípio mais das origens, do fogo, do veneno e do leite. *Mukai* significa mulher em *Nyaneka*, uma das línguas bantu do sul de Angola e proclama um mundo dos sentidos, da iniciação, dos rituais do corpo e do sofrimento.

*A sua poesia mostra uma preferência pela descrição contemplativa de um espaço natural, algo até suspenso no tempo, como sugerem as referências quotidianas rurais de “Entre os lagos”. Essas referências serão memórias de África ou opções de fuga ao quotidiano rotineiro citadino?*

Suspenso no tempo e no entanto tão vivo. Vivemos num mundo de temporalidades discordantes. A poesia faz a ponte e circula entre diferentes tempos e relaciona os lugares, fazendo-os tomar parte na experiência sensível, no esforço da memória, na recuperação do descontínuo, na integração do quotidiano num dia a dia mais conforme com outras geografias. Viver é também participar numa dilaceração do tempo e obrigar-se a parti-lo em presente, passado e futuro. A tentação da fuga é permanente. A cabeça está demasiado cheia de vozes que se expressam em línguas que não falo, em memórias de vida que não podem ter sido a minha, em cantos que têm inscrito ecos de testemunhos que foram passados de voz em voz e por vezes perturbam a minha própria voz como uma lâmina a rasgar a seda. A poesia é um lugar de aquietação e tormenta, resolve e propõe, ajuda a ultrapassar os evidentes limites entre memória e esquecimento.

*Poder-se-á colocar a um escritor a tão debatida questão da existência de uma escrita feminina versus escrita masculina? Consegue sensibilizar-se para essa diferença quando lê um texto?*

A questão pede o espelho, a resposta formal de tão armadilhada se tornou. As palavras contêm fundas e precisas impressões pessoais, nossas marcas de água e uma vez ditas não há retorno. Mas sim, reconheço um texto escrito por uma mulher, encontro de forma rápida a atenção ao detalhe, a ligação à terra, o grito e os silêncios. Não se trata de uma literatura *versus* outra literatura,





mas a escolha, as continuidades e descontinuidades, a palavra como a água que se busca e guarda todos os dias.

*Pode falar-nos um pouco dos escritores angolanos da nova geração?*

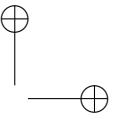
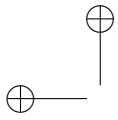
É comum encontrar na literatura da especialidade uma fronteira traçada nos anos oitenta do século XX e que separa uma antiga literatura angolana daquela produzida pelas novas gerações. Não me parece que a fronteira seja rigorosa, mas reconheço que assisti à criação de uma nova linguagem poética, à mudança temática dos territórios da ficção e ao aparecimento de vozes desmarcadas dos preços e (dos tiques) a pagar para se merecer o qualificativo angolano. Alguns autores dessa nova afirmação são, pela idade, educação e dívida, mais próximos de gerações anteriores de poetas e ficcionistas angolanos e do mundo. Estou agora atenta e expectante em relação ao presente. Reconheço vontade de respirar, cortar, devorar. O resultado está por chegar.

Entrevista realizada por:  
Sofia Santos



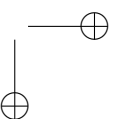
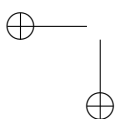






**Parte IV**

**RECENSÕES CRÍTICAS**







**Annabela Rita, Dionísio Vila Maior (coord.), *Do Últimato à(s) República(s): variações literárias e culturais*, Lisboa, Esfera do Caos, 2011. 430 pp.**

ISBN – 978-989-680-048-2

Esta obra recentemente publicada sob a coordenação da Professora Annabela Rita e do Professor Dionísio Vila Maior é resultado de um projeto alargado que se tem ramificado no contato com a literatura e a cultura lusófonas e que encontrou no último ciclo de debates o *leit-motiv* para a reunião das suas intervenções mais significativas: ciclo de Tertúlias Letras Com(n)Vida subordinado ao tema da República, numa parceria entre o CLEPUL e a Universidade Aberta. Congregando as variadíssimas perspetivas que participaram abertamente no debate da experiência nacional antes e após o Ultimato, a obra articula um leque de temas que, não subordinados exclusivamente às motivações factuais dos acontecimentos que antecederam e precederam a República, contextualizam histórica, cultural e li-

terariamente o leitor, destacando momentos, autores e acontecimentos que contribuíram para o desencadeamento e posterior problematização das ideias que a República espoletou.

Procuramos destacar nesta recensão os artigos exemplificativos dos diversos temas e vozes a que a República deu lugar, como seja a questão específica do Ultimato, nas suas implicações históricas e fundamentos ideológicos, ou a do teatro e o jornalismo que fervilhavam durante a eminência dos factos republicanos, a educação, a medicina, o anticlericalismo espelhado, por exemplo, na expulsão da ordem dos jesuítas, questões que ganharam o seu devido alcance e importância com autores como António José de Almeida, Mário de Sá-Carneiro, Sampaio Bruno, Gomes Leal, Fialho de Almeida, António



Patrício, Teixeira de Pascoaes, Cesário Verde. Desconsiderando a organização alfabética autoral da obra, esta articula-se, assim, sob três grandes eixos temáticos em volta do qual gravitam os diversos artigos: o contexto histórico, social e literário dos acontecimentos e figuras principais que antecederam a República, a contextualizam e fizeram e, posteriormente, a interpretaram.

Seguindo a lógica temática da obra, começamos por dar especial destaque ao artigo de Annabela Rita, “Retrato nacional da Monarquia à República”, que, partindo de uma análise eminentemente literária e recorrendo a representações exemplares, percorre o itinerário da formação dos ideologemas nacionais, realistas e decadentistas, cujos princípios reformados protagonizarão a República: o Garrett dos itinerários patrimoniais desiludidos de *Viagens na Minha Terra*, cuja paisagem desolada ecoa ainda na moribunda esperança sebastiana de *Frei Luís de Sousa*; o Junqueiro de *Pátria e Finis Patriae, vate*, amargo mas não menos nostálgico de uma grandeza extinta, ainda que essa grandeza se reconfigure na demente figura de um Doido. Ainda que a esperança messiânica num novo mundo se afigure, permanece a suspensão vital de um futuro por cumprir. Na senda das questões políticas que impedem a projeção e a evolução portuguesas encontram-se os artigos de Amadeu Carvalho Homem, “Linhas de clivagem do Ultimato Inglês”, cuja abordagem se centra maioritariamente no contexto social, político e económico

em que surgiu o Ultimato, e de Dionísio Vila Maior, “Do Ultimato ao Ultimatum: vitalidade nacional”, que, num artigo panorâmico, contextualiza o cansaço civilizacional inerente ao momento histórico do Ultimato, partindo das perspetivas políticas, sociais e ideológicas expressas nos textos de literatos contemporâneos: o conto “Pagina de um suicida” de Mário de Sá-Carneiro (que recebe uma especial atenção no artigo de António de Macedo, “Índícios de Sá-Carneiro – Uma época entre o fogo e o ouro”), o *Livro do Desassossego* de Fernando Pessoa, passado pela militância desassombrada da Geração de 70 (Eça – que delegou na *Correspondência de Fradique Mendes* uma visão esclarecida e incisiva sobre o sentimento de concomitante inaptidão social e força interventiva –, Antero de Quental, Ramalho Ortigão) e dos seus opositores ou dissidentes, como Teófilo Braga, avaliando ainda as visões de nomes como António Nobre ou Cesário Verde. É igualmente numa perspetiva confluyente e aglutinadora que António Moniz faz o balanço “dos sonhos e as lutas, as propostas e as desilusões” que marcaram a República Portuguesa em nomes como Antero de Quental, Guerra Junqueiro, Oliveira Martins, António de Albuquerque ou António Sérgio. Este livro destaca-se, porém, das outras publicações que marcam o centenário da República pela sua atenção e destaque de aspetos menos considerados mas igualmente importantes de ideias e personalidades que pensaram e viveram a



República de uma forma peculiar. É o exemplo do artigo de Carlos Leone “A República: deslocação criativa em curso”, centrado na figura de Alexandre Herculano, cuja efeméride da morte coincidiu, infrutiferamente, com a celebração do centenário republicano, sem que, no entanto, eclipsasse a importância que os ideias do autor continuam a representar. O mesmo acontece com a figura de Gomes Leal que, não obstante aparecer profundamente marcada pelos ideais republicanos, tem, na perspectiva de Fernando Cristóvão, um papel marcante no equilíbrio dos excessos dogmáticos produzidos pelo republicanismo. No “Um poeta lírico, panfletário por uma República falhada”, Fernando Cristóvão investiga e problematiza os aspetos que levaram um republicano radical como Gomes Leal a renegar todos os seus ideais no final da sua vida e a arrepender-se de uma militância que, afinal de contas, considerou falhada. A mesma perspectiva evolutiva procurou dar Ernesto de Castro Leal sobre Sampaio Bruno em “Sampaio (Bruno) e a República do 31 de janeiro de 1891” personalidade aparentemente contraditória quando afirma que “Tendo sido na Monarquia um radical e um revolucionário, serei na República um moderado e um conservador” (p. 139). Teixeira de Pascoaes merece, nesta obra, especial destaque no artigo de Maria José Craveiro “Para que servem os poetas em tempo de indignância” revolucionária? A perspectiva de Teixeira de Pascoaes”, no qual a autora destaca os principais passos da

obra do autor e perspetiva-os à luz de um crescendo trágico clássico típico da consciência da fim e de início de século, demonstrando que, apesar da evolução proporcionada pela República, o homem está votado, qual “anjo novo” benjaminiano, a assistir à ruína da sociedade que “contempla, fascinado e horrorizado” (p. 328). Não estaria completo este destaque autoral sem Fialho de Almeida, autor determinadamente fulcral para a reavaliação ideológica de uma República que nunca se deveria ter compadecido com uma atitude conciliadora. Rui Sousa, em “Fialho de Almeida e o Portugal de entre 1890-1910: Enquadramentos de um olhar crítico contemporâneo”, destaca a obra *Os Gatos* como o principal libelo ideológico de um autor detentor de uma “pena incisiva, corrosiva, belicosa, inflamada” (p. 391) impiedosa para com os opositores a um novo regime mais liberal e independente.

Passando, pois, não só pela História, Política, Sociologia e Literatura, outras áreas são abordadas como a Educação (“História e o seu ensino nos liceus, desde 1868 aos primeiros anos da República”, de Alexina Vila Maior), a Medicina (“António José de Almeida, o Médico Presidente ou o Tempo e o Modo”, de Amadeu Prado de Lacerda; “Médicos e a República: Os médicos e suas (ca(u)sas”, de Augusto Moutinho Borges), o Jornalismo (“A literatura e o jornalismo na vitória da República”, de Ernesto Rodrigues), o Teatro (“O teatro às portas da República: entre a continuidade e a renovação”,





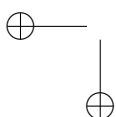
de Glória Bastos e Ana Isabel Vasconcelos) e, de uma forma incisivamente esclarecedora, a Religião, nos artigos de José Eduardo Franco, “Jesuítas no foco da propaganda: a solução republicana e a exorcização da decadência”, e Luís Machado de Abreu, “O anticlericalismo de relance”, esta obra,

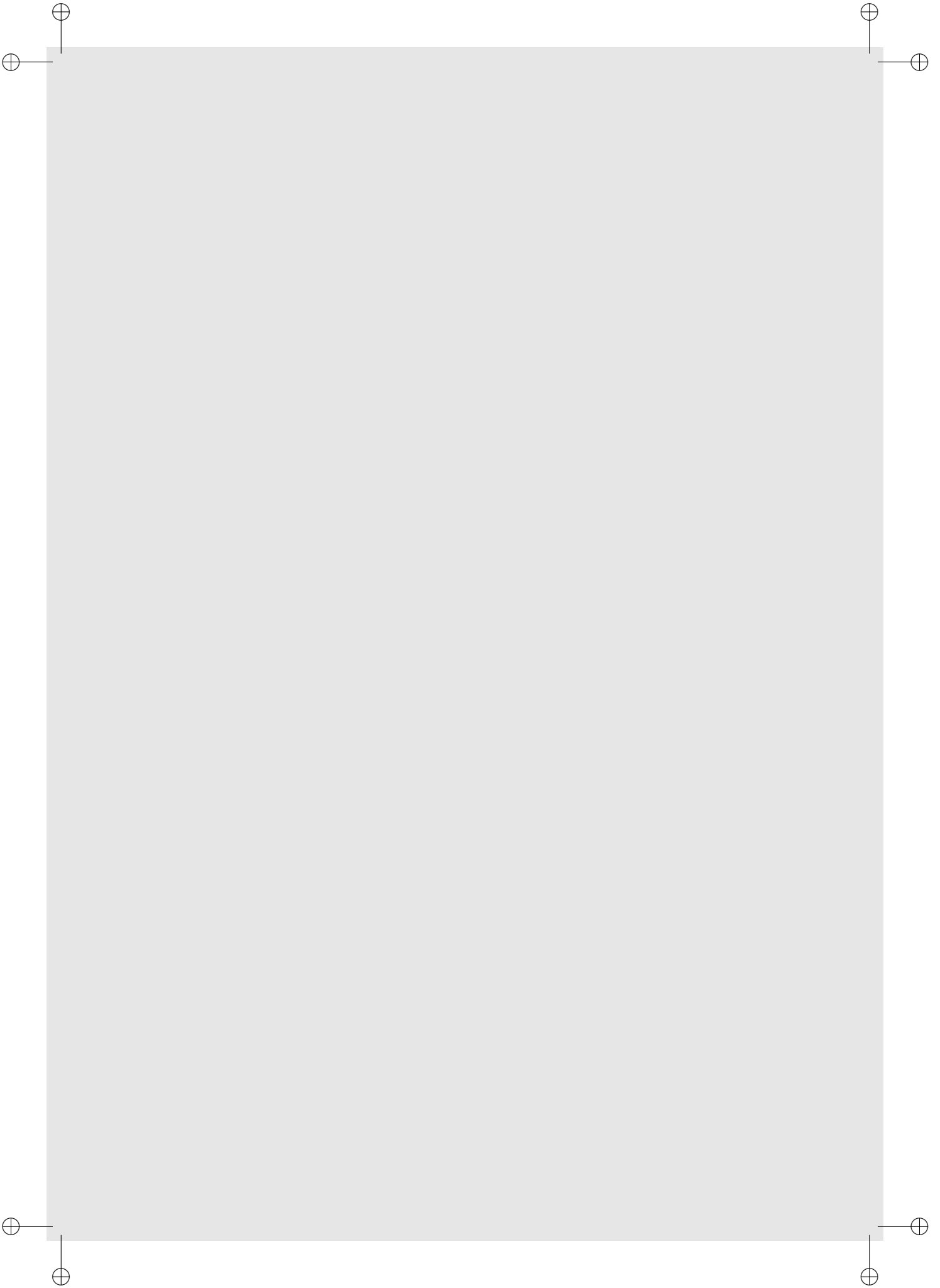
dentro do panorama das comemorações do centenário da República, revela-se um documento ímpar na oscultação das motivações culturais que espoletaram, afirmaram e avaliaram aquele momento histórico como um dos mais marcantes da época moderna portuguesa.

Sofia Santos<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Concluiu Licenciatura em Estudos Portugueses e Mestrado em Estudos Românicos (Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea) na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, desenvolvendo no âmbito do segundo uma dissertação intitulada *Luiz Pacheco: um projecto moderno crítico-ficcional*. Membro do CLEPUL, gere e colabora no projeto de Literatura de Viagens e da Cultura Negativa em Portugal. Publicou artigos referentes a estes projetos e concernentes às suas áreas de interesse, com especial incidência para o contexto em que se movimentou Luiz Pacheco, nomeadamente as ligações ao Surrealismo em Portugal, e o estudo da narrativa na passagem da Modernidade à Pós-Modernidade.

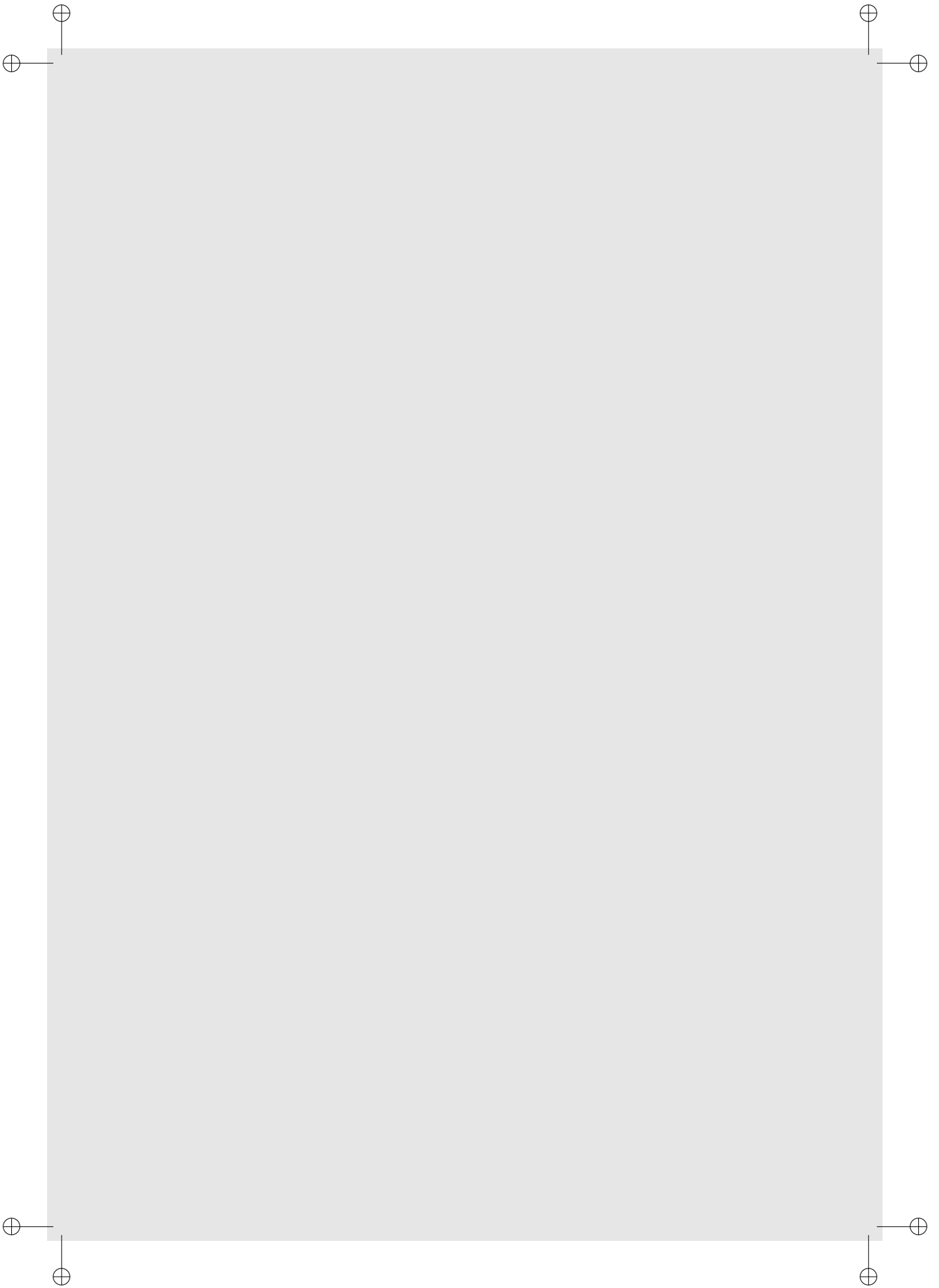








**Parte V**  
**POESIA**



## Homenagem à flor de um dia de três horas (página de um *Diário de Viagens*)

F. A. C.

Para o átrio trouxeram a planta esguia  
Como à jovem mãe na hora da sua verdade,  
E dois bolbos raiados de carmim sorriram timidamente. . .  
De três horas seria a sua eternidade bela  
Que tempo é de somenos na perenidade do Ser  
E na pauta da beleza intemporal.  
Abelhas gulosas e ligeiras  
As chinesinhas da recepção, o ascensorista  
Os turistas coloridos e os viajantes apressados  
Todos lhe foram render o preito da beleza menor,  
Ou do espanto, antes alheamento.  
Que importa seja breve a seda da cor e o perfume subtil  
Se a revelação acontece?  
Não conheci teu nome, flor imperial de Hangzhou,  
Irmã do lago e do lótus  
Rainha dos nenúfares  
De existência mais real que as tumbas de Ming!  
Daqui a pouco vais morrer. . .  
Que importa, se continuamos?<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Fomos depois, em silêncio, comer bolos de lótus. Hangzhou, Hotel Hangzhou, China, Julho de 1983.

## Novo Canto de Malazarte

Rui Sousa<sup>8</sup>

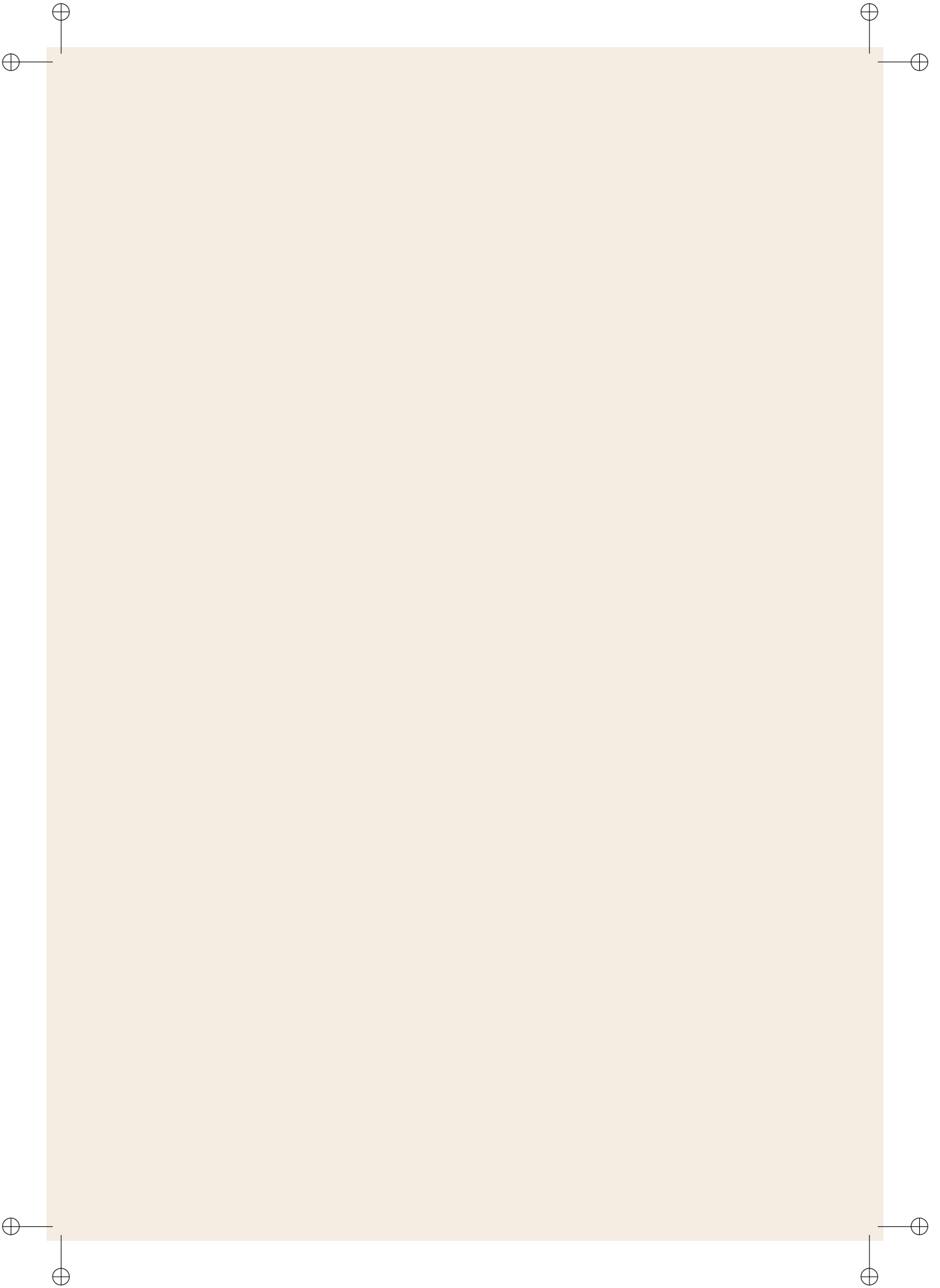
Ao grande poeta brasileiro Murilo Mendes

É por me faltar o ar  
É por me tremerem os braços  
É por me fraquejar a voz  
Que eu ando a correr no nevoeiro  
Que eu recolho alimento das alturas  
Curvado, encerrado no próprio cativoiro  
Sonhando novas formas, novos astros  
É por me parecerem sombras  
É por me figurarem vácuo  
É por me camuflarem o rasto  
Que eu ando sobre as nuvens  
Com galochas de poeira seca  
E fico sentado em silêncio  
Entre os cabelos de um deus careca  
É por não conseguir falar  
É por não saber dizer

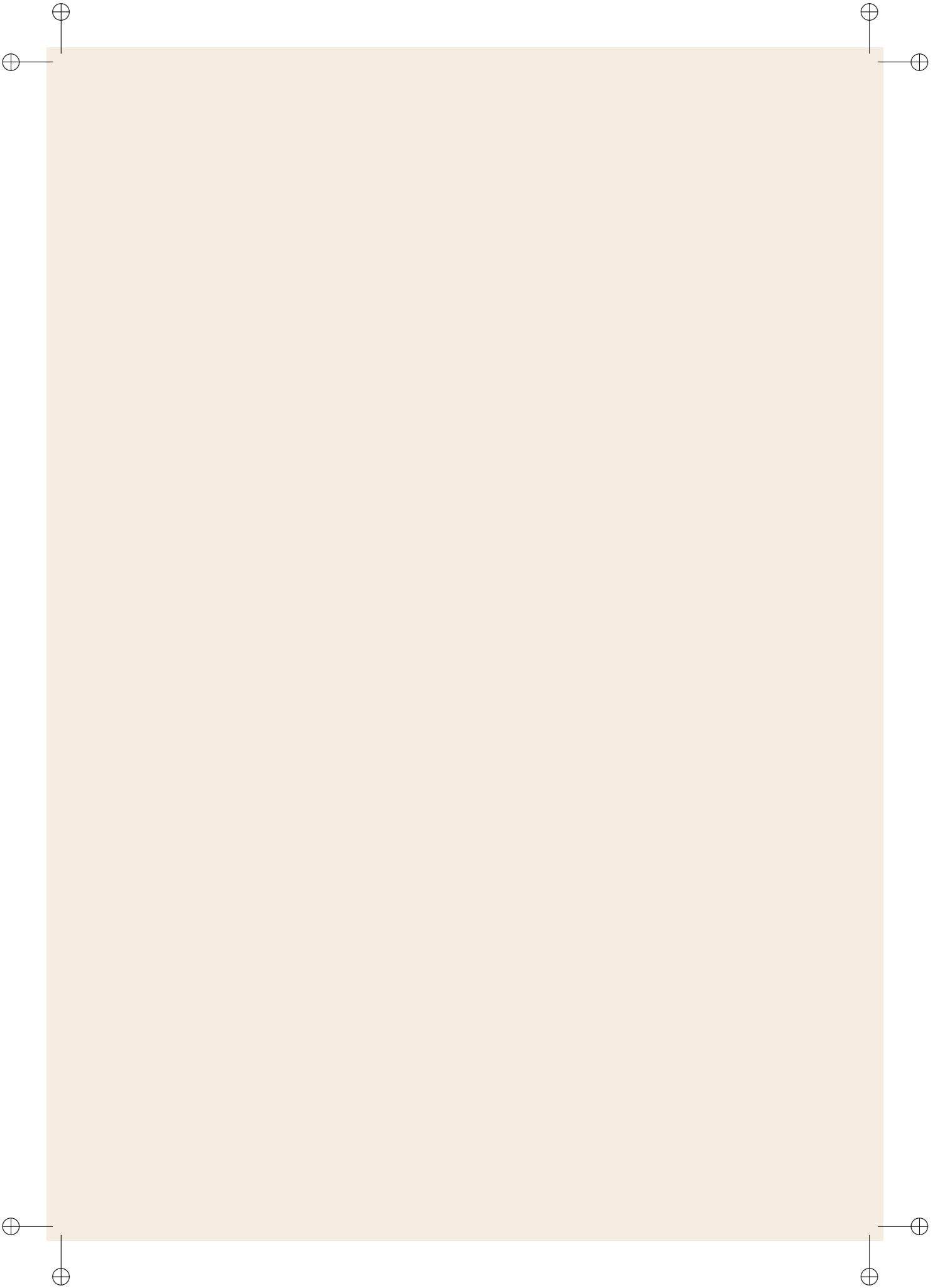
<sup>8</sup> Concluiu Licenciatura em Estudos Portugueses e Mestrado em Estudos Românicos – Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigador do CLEPUL, dedica-se, enquanto bolseiro da FCT, a uma tese de Doutoramento, explorando a receção e transformações que na cultura portuguesa foram sendo feitas do tópico do Libertino, centrando-se sobretudo nos casos de Bocage e de Luiz Pacheco. Tem trabalhado no projeto Cultura Negativa em Portugal, do CLEPUL. Colaborou em várias publicações com artigos sobre Surrealismo Português, Fialho de Almeida, Luiz Pacheco e os ecos da *Hybris* em autores portugueses.

É por não me aperfeiçoar  
Que eu grito em ondas novos versos  
Com as mãos enterradas no basalto  
Em busca de materiais perversos  
Com que fazer novos decotes na pele alheia  
É por não andar direito  
É por não ter passo sereno  
É por não conseguir perseguir-me  
Que eu fico sempre a escutar o movimento  
Encostado às paredes e fronteiras  
E, sorrindo a quem eu vejo e não me vê,  
Vou chorando lágrimas passageiras  
É por me julgarem anjo  
É por me acharem avião  
É por me perderem em sonhos  
Que eu ando pelos cantos, pelos ventos  
Procurando acompanhar as horas mortas  
Os passos mais incertos e mais lentos  
E me deixo ficar, contemplando as ruas  
É por não ter onde ficar  
É por não saber onde ir  
É por não encontrar caminho  
Que eu fico, Malazarte, agarrado às nuvens  
Sorrindo com a luz do Sol e o som da Lua  
Passeando lentamente pela vida que passeia  
Num rasto de fogo que só eu vejo e que flutua

23-09-09

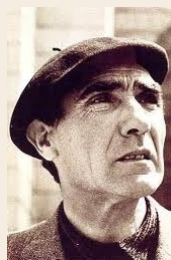


**Parte VI**  
**EFEMÉRIDES**





## Centenário do nascimento de Alves Redol



(n. 29 de dezembro de 1911 – m. 29 de novembro de 1969). Alves Redol deveu o seu cunho literário, marcado por profundas manifestações ideológicas, aos condicionamentos da sua origem humilde. Começou a trabalhar desde muito cedo, começando por ser marçano de mercearia numa loja de fazendas, desempenhando, seguidamente, diversos cargos de colarinho branco, como empregado de escritório, vendedor de pneumáticos, encarregado de publicidade numa empresa colonial e gerente de tipografia, etc. Partiu, com apenas 16 anos, para Luanda à procura de um novo emprego e acabou por lecionar taquigrafia num colégio particular, sendo assalariado da Direção dos Serviços da Fazenda. Regressou a Portugal aos 19 anos, já com o curso elementar de comércio. Em 1948, com 37 anos, Alves Redol foi para Paris, juntamente com outros intelectuais portugueses, com o convite para participar na delegação portuguesa ao Congresso dos Intelectuais para a Paz, realizado em Wroclaw. Começam, aqui, oficialmente, as suas ligações às iniciativas de carácter humanizante e ideológico, mais oficialmente concretizadas em Portugal quando começou a acompanhar, desde a sua fundação, o Movimento da Unidade Democrática (M.U.D.), como membro da sua Comissão de Emergência. Enquanto ficcionista, a sua obra ocupa um destaque privilegiado dentro do panorama do Neo-Realismo português, especialmente pelo facto de, nas primeiras suas obras, ter procurado conjugar as exigências estéticas de uma obra literária com o comprometimento ideológico que encerrava uma temática narrativa que não se limitava a descrever e evidenciar de forma estereotipadas as diferenças humanas e sócio-financeiras entre ricos e pobres. A procura de um fundamento histórico para o fosso das classes e das condições de

trabalho dos operários serviu o propósito regenerador de denúncia do progresso económico e industrial sem, no entanto, deixar cair a sua escrita no registo meramente panfletário, técnicas que, no entanto, vemos mais aprimorada desde *A Barca dos Sete Lemes*, de 1958.

**Obra: Romance:** *Gaibéus* (1939), *Marés* (1941), *Avieiros* (1942), *Fanga* (1943) (estas obras com traduções em checo, búlgaro russo, francês e polaco); *Anúncio* (1945); *Porto Manso* (1946) (traduzido em checo, francês e eslovaco); Ciclo “Port-Wine”, em 3 vols. [*Horizonte Cerrado* (1949) – Prémio Ricardo Malheiros –, *Os Homens e as Sombras* (1951), *Vindima de Sangue* (1953)]; *Olhos de Água* (1954); *A Barca dos Sete Lemes* (1958); *Uma Fenda na Muralha* (1959); *Cavalo Espantado* (1960); *Barranco de Cegos* (1961); *O Muro Branco* (1966); *Os Reineiros* (1972).

**Teatro:** *Maria Emília* (1945), peça de um acto, representada no primeiro espetáculo do Teatro Essencialista do Salitre e publicado na revista *Vértice*; *Forja* (1948), tragédia em três actos; *O Destino Morreu de Repente* (1967); *Frente Fechada* (1972); *O Menino de Olhos Verdes*; *De Braços Abertos para a Natureza*, teatro de massas, representado no Acampamento Nacional de Campismo, em 1950, em Santarém.

**Contos:** *Nasci Com Passaporte de Turista* (1940); *Espólio* (1943); *Comboio das Seis* (1946); *Noite Esquecida* (1959); *Constantino, Guardador de Vacas e de Sonhos* (1962); *Histórias Afluentes* (1963); *As Pequenas Coisas*; *Três Contos de Dentes* (1968).

**Literatura Infantil:** *Vida Mágica da Sementinha* (1956); *A Flor Vai Ver o Mar* (1968); *A Flor Vai Pescar Num Bote* (1968); *Uma Flor Chamada Maria* (1969); *Maria Flor Abre o Livro das Surpresas* (1970).

**Estudos:** *Glória: Uma Aldeia do Ribatejo* (1938), ensaio etnográfico; *A França – Da Resistência à Renascença* (1949); *Cancioneiro do Ribatejo* (1950); *Ribatejo (Em Portugal Maravilhoso)* (1952); *Romanceiro Geral do Povo Português* (1964).

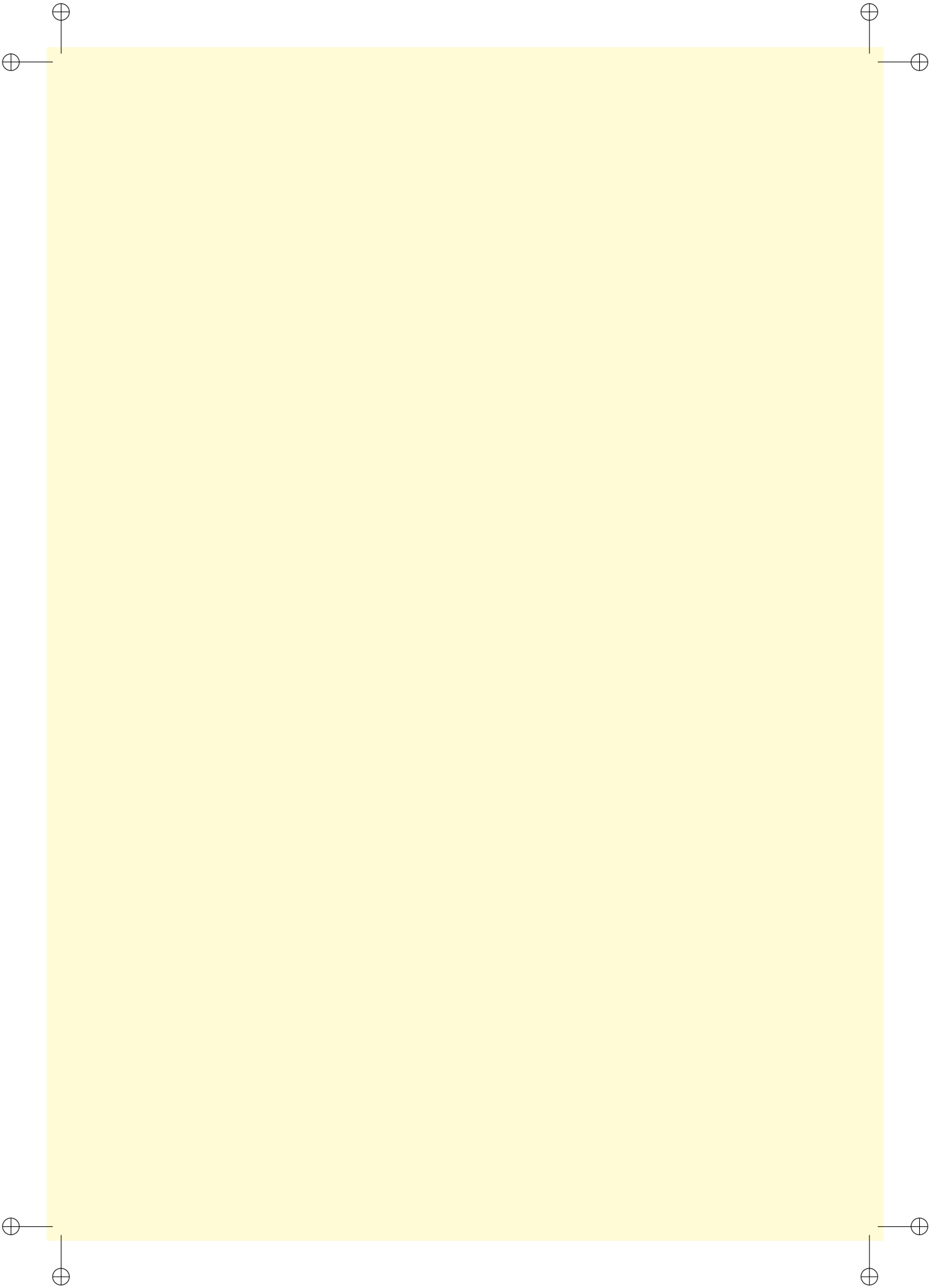
**Conferência:** *Le Roman de Tage* (Edição da Union Française Universitaire – Paris) (1946), em cuja sede foi proferida.

\*\*\*

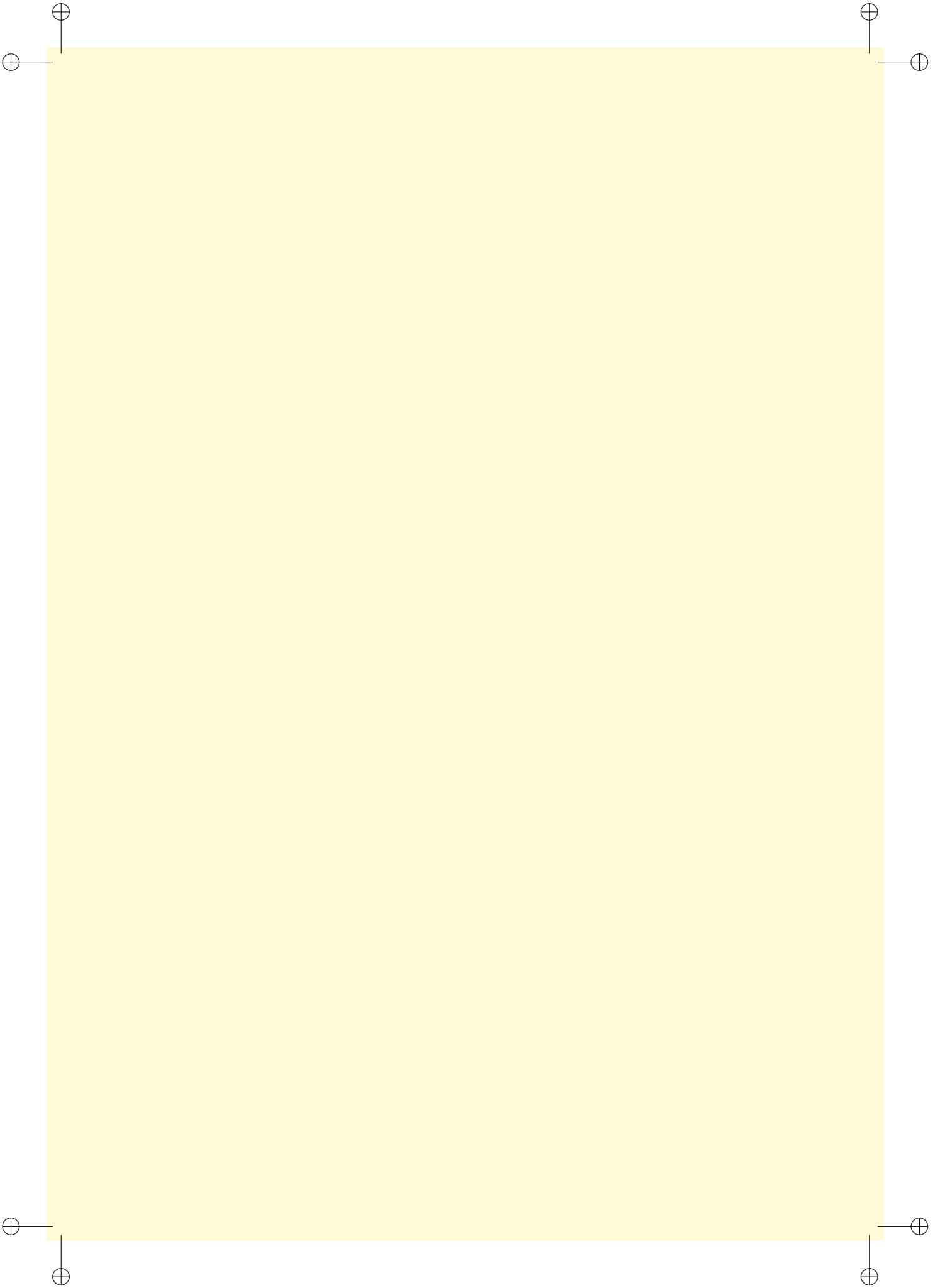
## 50 anos da invasão de Goa pelas Forças Armadas Indianas

Goa, província ultramarina portuguesa desde 1510, juntamente com Diu (1535) e Damão (1588), foram reconquistadas aos portugueses pela Força Indiana em 18 de dezembro de 1961. Durante séculos a religião, sob o apostolado de grandes vultos, como São Francisco Xavier e São João de Brito, e a educação, com a edificação de liceus, escola médica, institutos profissionais e técnicos, foram dois pontos fulcrais na ação civilizadora de Portugal no Oriente.

A conquista de Goa, sobretudo, deu-se num período em que o Governo Salazarista havia mandado reduzir o número de contingente militar e de armamento pesado. Apesar da ordem de Salazar imposta aos militares para defenderem Goa com a própria vida, esta ficou militarmente incapacitada de ripostar à altura o avanço indiano. O pequeno contingente da Marinha foi o único que não se rendeu, pagando com a vida as ordens de Salazar.



**Parte VII**  
**EVENTOS**



## **Actividades da Sociedade Histórica da Independência de Portugal na 1.<sup>a</sup> semana de Dezembro**



Na segunda-feira, dia 5 de dezembro, às 17h30, a projecção na sala do Instituto D. Antão de Almada, do documentário “Açai”, com apresentação da Dr.<sup>a</sup> Anete da Costa Ferreira. Com a duração de 55 minutos, este evento é de entrada livre.

Na quarta-feira, dia 7 de dezembro, às 18h30, o concerto de Natal pelo Coro do Clube Millennium BCP, sob a direcção artística do Maestro António Leitão. Entrada livre.

Na quinta-feira, dia 8 de dezembro, Sua Alteza Real o Duque de Bragança agradecerá a Sociedade Histórica da Independência de Portugal, em Vila Viçosa, com a Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, estando prevista uma deslocação da SHIP para assistir ao evento (Programa: 10h00 – Saída de Lisboa – Concentração no Rossio (Pastelaria Suíça – Praça D. Pedro IV) – Partida em autocarro de turismo; 13h00 – Almoço no Restaurante “Os Cucos”; 16h30 – Encontro Santuário de Nossa Senhora da Conceição – Castelo de Vila Viçosa; 17h00 – Santa Missa: atribuição à SHIP da Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição; Hora prevista de chegada – 22h00; Inscrições na Secretaria da SHIP: 30,00 Euros – deslocação e almoço).

\*\*\*

### **Tertúlia à Quarta: “Onde está Deus quando morre um inocente?”**

**Organização:** IS CRA

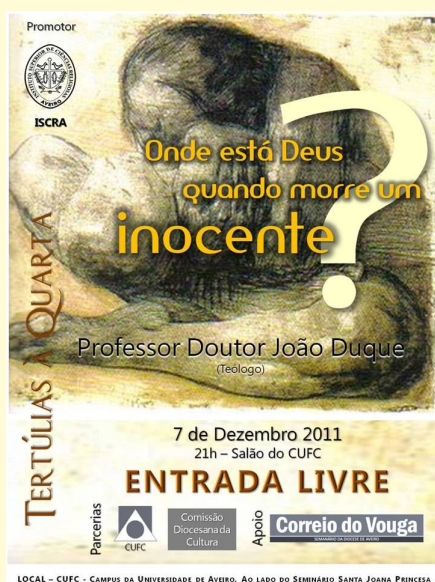
**Palestrante:** João Duque

**Data:** 7 de dezembro de 2011

**Hora:** 21H00

**Local:** CUFC – Campus da Universidade de Aveiro – Ao lado do Seminário de Santa Joana Princesa

**Entrada Livre**



\*\*\*

### **Inauguração da Exposição “Tinta-da-China: Uma exposição de Pintura Chinesa Contemporânea”**

**Organização:** Fundação Oriente, China Artists Association, Instituto Confúcio da Universidade de Lisboa

**Data:** 12 de dezembro de 2011 a 29 de janeiro de 2012

[www.clepul.eu](http://www.clepul.eu)



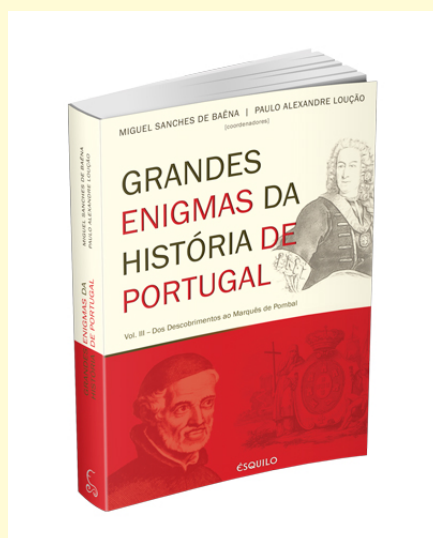
**Hora:** 18H30 (2 de dezembro de 2011)

**Local:** Museu do Oriente (Avenida Brasília, Doca de Alcântara (Norte), 1350-352 Lisboa)



\*\*\*

**Apresentação do livro *Grandes Enigmas da História de Portugal*  
– Vol. III – Dos Descobrimentos ao Marquês de Pombal**



[www.lusosofia.net](http://www.lusosofia.net)

**Organização:** Ésquilo, Fnac  
**Data:** 13 de dezembro, terça-feira  
**Hora:** 19H00  
**Local:** Auditório da Fnac do Colombo, em Lisboa

Na sessão, os autores-coordenadores apresentarão duas breves comunicações, “A Força do Marquês de Pombal”, por Miguel Sanches de Baêna, e “O Pêndulo na História de Portugal”, por Paulo Alexandre Loução. A historiadora Maria Luísa Martins da Cunha e o escritor e ensaísta Miguel Real farão duas alocações, respectivamente, sobre: “D. Sebastião: o mito e a história” e “Sebastianismo, Padre António Vieira e o Quinto Império”.

\*\*\*

### **Oficina “Lisboa nas narrativas” – Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental**

**Projeto:** Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental  
**Organização:** Instituto de Estudos de Literatura Tradicional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa  
**Data:** entre 1 e 8 de fevereiro de 2012  
**Local:** Palácio Belmonte e Livraria Fabula Urbis, em Lisboa  
**Inscrições abertas** até 31 de dezembro



#### **Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental**

Mais informações, incluindo o programa, e detalhes sobre a organização e inscrições, estão disponíveis em

[http://paisagensliterarias.ielt.org/cursos\\_workshops/Lisboa-nas-narrativas](http://paisagensliterarias.ielt.org/cursos_workshops/Lisboa-nas-narrativas)

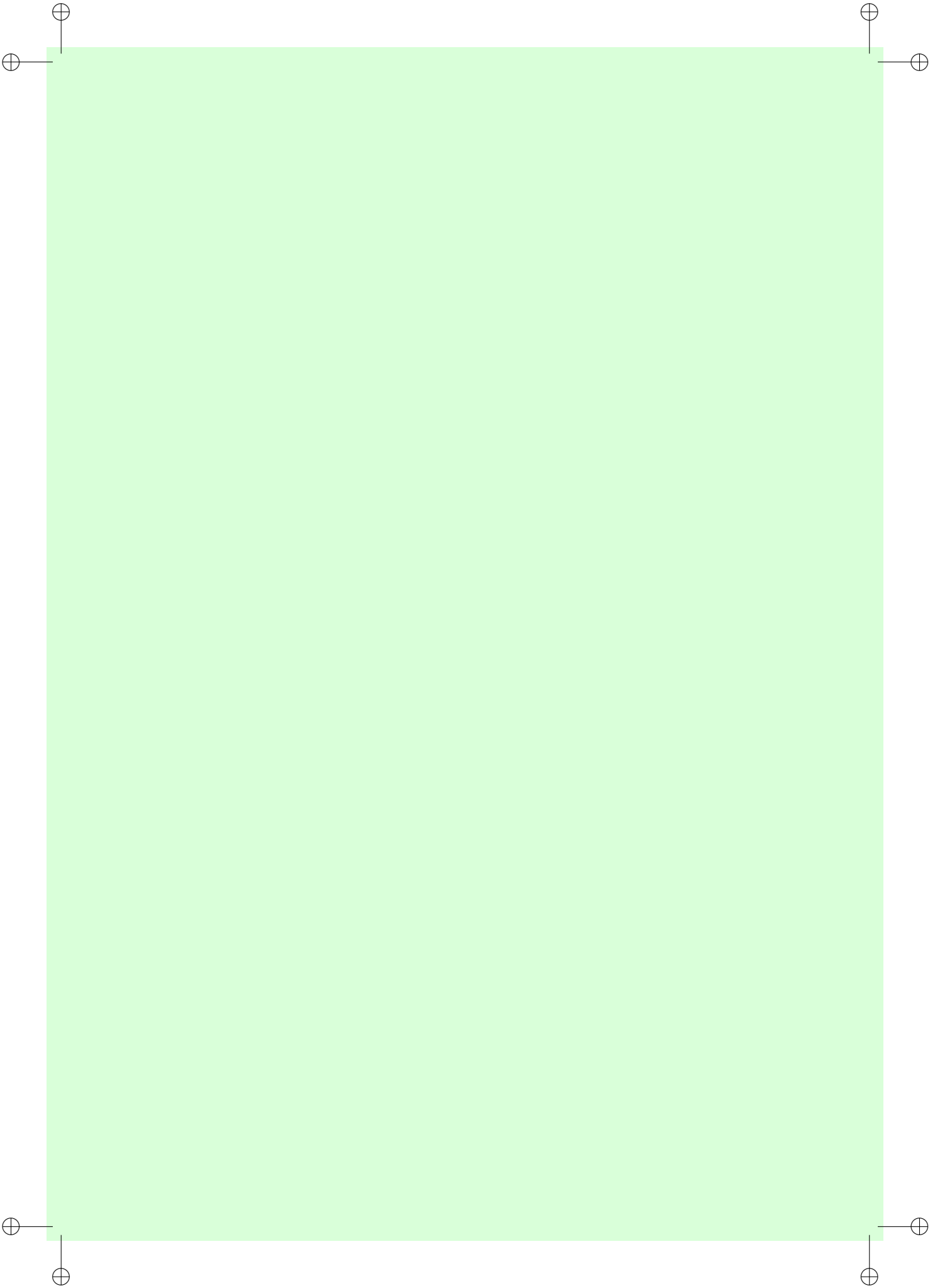
Mais informações sobre o projecto em

<http://paisagensliterarias.ielt.org/projeto>

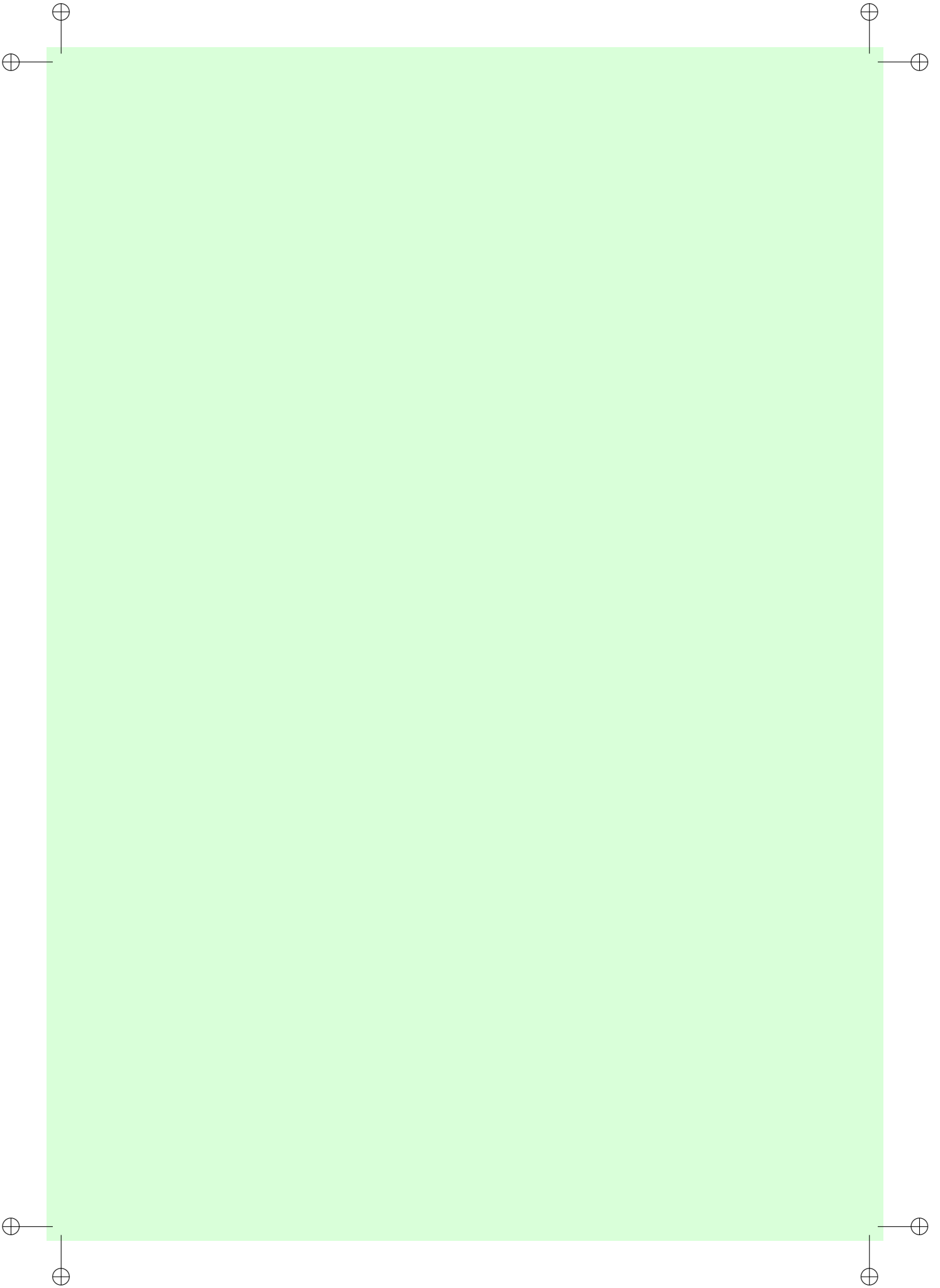
Esta oficina, contará com a presença de académicos, escritores e artistas que refletirão, em conjunto com os participantes, sobre o passado, presente e futuro da paisagem de Lisboa, equacionando dimensões geográficas, históricas, antropológicas, arquitetónicas, económicas, ecológicas e artísticas.

*www.clepul.eu*

Convidam-se estudantes e investigadores de várias áreas do saber, sobretudo aqueles que privilegiam uma prática de fronteira entre disciplinas ou que têm capacidade para conciliar abordagens humanísticas, artísticas e científicas.



**Parte VIII**  
**PUBLICAÇÕES DO CLEPUL**



## **Sinopse de livros editados ou apoiados pelo CLEPUL**

**Mircea Eliade, *Salazar e a Revolução em Portugal*, Lisboa, Esfera  
do Caos, 2011. 253 pp.  
ISBN – 978-989-680-028-4**

“É de poucos conhecido o tremendo fascínio que a figura, o ideário e o estilo de governação de Salazar exerceram sobre Mircea Eliade. Escrita em romeno e publicada em Bucareste, muito badalada na imprensa portuguesa da época mas nunca vertida para a nossa língua, esta obra, que acabou por ser esquecida, mais que qualquer outra lançou as bases para a construção do mito luminoso do fundador do Estado Novo, interpretando o seu pensamento e a sua acção política no contexto da ‘balburdia sanguinolenta’ em que Portugal, no primeiro quartel do século XX, estava mergulhado. Inclui uma narração empolgante dos mais marcantes acontecimentos da nossa História, do consulado pombalino ao colapso da Primeira República, uma biografia sintética de Salazar e uma análise dos fundamentos das políticas salazaristas. O Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL) considerou ser uma falta grave não trazer a lume, em língua portuguesa, este livro que, tendo sido escrito por um dos pensadores mais influentes do século XX, é imprescindível para compreender o Estado Novo e o seu impacto nas elites intelectuais e políticas, nacionais e estrangeiras.”

Tradução: Anca Milu-Vaidesagan

Revisão: Maria João Coutinho, Rosa Fina

Apresentação: Sorin Alexandrescu

Estudo Introdutório: Carlos Leone, José Eduardo Franco, Rosa Fina

*www.lusosofia.net*

\*\*\*

**José Eduardo Franco (coord. geral), *Arquivo Secreto do Vaticano: Expansão Portuguesa: Documentação*, Lisboa, Esfera do Caos, 2011 (3 vols.). 1240 pp. + 982 pp. + 758 pp.  
ISBN – 978-989-680-032-1**

“Algumas bibliotecas e arquivos exercem um enorme fascínio e estão na origem das mais fantásticas históricas, que por vezes alimentam até obras de ficção universalmente famosas. O Arquivo Secreto do Vaticano, que vulgarmente se considera um dos mais reservados do mundo, é, sem dúvida, um desses exemplos míticos da sabedoria, com o qual talvez apenas a biblioteca de Alexandria, a maior da Antiguidade, possa rivalizar. Na realidade, aquela que era, afinal, a biblioteca privada do Papa, tem acumulado, ao longo dos séculos, informação única, inédita e preciosa acerca dos dois mil anos de história da Igreja no seu intercâmbio com o mundo dos homens. Com esta obra em três tomos pretende-se desvendar uma parcela desse imenso arquivo, revelando documentação desconhecida e referente ao período da Expansão Portuguesa até ao século XX. Preparada por uma vasta equipa de investigadores que durante cerca de década e meia analisou o fundo da Nunciatura de Lisboa patente no Arquivo Secreto do Vaticano, esta obra monumental assume-se como um instrumento de pesquisa essencial para o conhecimento da história, da política, da religião e da sociedade no quadro das relações de Portugal com as vastas regiões do seu Império Ultramarino.”

Coordenação Geral: José Eduardo Franco

Coordenação Científica: Arnaldo do Espírito Santo, Manuel Saturnino Gomes

Consultores Científicos: Arnaldo do Espírito Santo, João Francisco Marques, Luís Machado de Abreu, Manuel Saturnino Gomes

\*\*\*

**Tomé Pinheiro da Veiga, *Fastigínia*, edição, estudo, variantes e notas de Ernesto Rodrigues, Lisboa, CLEPUL, 2011. CCC + 738 pp.  
ISBN – 978-989-96443-8-0**

“*Fastigínia* alicerça uma renovada visão da novelística portuguesa, enquanto questiona a identidade nacional, em tempo de Monarquia Dual em Valladolid (1605).

[www.clepul.eu](http://www.clepul.eu)



Um narrador privilegiado assiste ao nascimento do futuro Filipe IV de Espanha e às cerimónias, festas, torneios e jogos que acompanharam a alegria de Império também a ratificar pazes com Inglaterra, assim emergindo um olhar agudo sobre a política doméstica e internacional. Desde 1884, todavia, rasgos cervantescos trazidos a lume em tradução parcial de Pascual de Gayangos fizeram desta obra luxuriante a voz primeira na recepção universal do Quixote. Eis alguns motivos que justificavam a edição de Sampaio Bruno, *Fastigimia*, em 1911. Partindo de um só manuscrito, Bruno deu um texto inçado de erros de deficiências que a tradução castelhana de Alonso Cortés, desde 1913 (em livro, 1916), veio atenuar. Aquando da reedição, fac-similada, daquela (1988, 2009), eram conhecidos nove manuscritos. Díaz-Toledo (2007) acrescentou um décimo. E nós achámos três, perfazendo treze manuscritos – dez em Portugal, e em Madrid, Paris, Londres –, sobre que assenta a presente edição, que ainda olha a quatro impressos (dois, parciais). “Que libro tan ameno y entretenido!” exclamou D. Marcelino Menéndez Pelayo. E Hernani Cidade: “Tomé Pinheiro da Veiga deve ser considerado como um dos melhores escritores do seu tempo”. Sentirá isso quem ler este polifónico Turpim, “notável escritor, mais próximo da língua coloquial do que Rodrigues Lobo ou Fr. Luís de Sousa”, da envergadura de D. Francisco Manuel de Melo, como disse A. J. Saraiva.”

\*\*\*

**Petar Petrov, Marcelo G. Oliveira (orgs.), *A Primazia do Texto. Ensaios em Homenagem a Maria Lúcia Lepeki*, Lisboa, Esfera do Caos, 2011. 542 pp.**

ISBN – 978-989-680-039-0

Sob direção de Marcelo Oliveira e Petar Petrov, esta obra homenageia um dos mais proeminentes nomes da Universidade de Lisboa dos últimos quarenta anos, Maria Lúcia Lepeki. Os ensaios que compõem este volume refletem de forma exemplar a mesma diversidade cultural e crítica com que a autora homenageada sempre pautou o seu trabalho na Faculdade de Letras, onde começou a trabalhar por recomendação de Lindley Cintra, Jacinto do Prado Coelho, Vitorino Nemésio e Orando Ribeiro. Os autores e temas abordados são, no entanto, uma pequena amostra representativa das áreas a que se dedicou, sempre num percurso multifacetado de interesses: como referem os organizadores: “De Eça a Saramago, de Camilo a Cardoso Pires, da literatura brasileira às literaturas africanas de expressão portuguesa, da crítica à teoria, da periodização aos estudos bíblicos”. No entanto, e como nos indica o título da obra, uma característica é comum a todas estas áreas e autores que é o respeito da autora pelo

texto, pela palavra, pela linguagem por que a literatura até nós se manifesta, sem qualquer teoria apriorística. O prazer do seu texto foi um dos seus mais elevados legados. O CLEPUL orgulha-se, por isso, de se juntar proximamente a esta homenagem de uma das suas mais eminentes investigadoras, ligada ao Centro desde a sua fundação em 1985, por Jacinto do Prado Coelho.

# Livros editados ou financiados pelo CLEPUL (2005-2010)

## 2005

**Abreu**, Luís Machado de, José Eduardo Franco, *Dois Exercícios de Ironia*, Lisboa, Prefácio, 2005.

**Branco**, Camilo, *O Que Fazem Mulheres*, prefácio de Annabela Rita, Porto, Caixotim, 2005.

**Cristóvão**, Fernando, *Cruzeiro do Sul, a Norte*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

**Cristóvão**, Fernando (dir. e coord.), *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa, Texto Editores, 2005.

## 2007

**Cieszynska**, Béata, (chief editor), *Iberian and Slavonic Cultures: Contact and Comparison*, Lisboa, CompaRes, 2007.

## 2008

**Abreu**, Luís Machado de, et. al. (coord.), *Homem de Palavra – Padre Sena Freitas*, Lisboa, Roma, 2008.

**Cristóvão**, Fernando, *Da Lusitanidade à Lusofonia*, Coimbra, Almedina, 2008.

**Franco**, José Eduardo (coord.), *Cultura Madeirense*, Lisboa, Campo das Letras, 2008.

**Franco**, José Eduardo (coord.), *Le Mythe Jesuite. Au Portugal, au Brésil, en Orient et e Europe (XVI-XX siècles)*, São Paulo, Arkê, 2008.

**Franco**, José Eduardo, Ana Cristina da Costa Gomes (coord.), *Jardins do Mundo: Discursos e Práticas*, Lisboa, Gradiva, 2008.

*Navegações*. *Revista de Literatura e Culturas de Língua Portuguesa*, Porto Alegre, Volume 1, n.º 1, Março / Junho, 2008.

*Navegações*. *Revista de Literatura e Culturas de Língua Portuguesa*, Porto Alegre, Volume 2, n.º 2, Julho / Dezembro, 2008.

## 2009

**Chaves**, Vânia Pinheiro et. al., *Lembrar Machado de Assis, 1908-2008*, Lisboa, CLEPUL, 2009.

**Cristóvão**, Fernando, *Cadernos de Literatura de Viagens (Acervo Bibliográfico de Literatura de Viagens da Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra)*, Coimbra, Almedina, 2009.

**Franco**, José Eduardo (coord.), *Entre a Selva e a Corte*, Lisboa, Esfera do Caos, 2009.

**Franco**, José Eduardo, Maria Isabel Morán Cabanas, *Padre António Vieira e as Mulheres*, Lisboa, Campo das Letras, 2009.

**Marujo**, António, José Eduardo Franco, *Dança dos Demónios, Intolerância em Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores / Temas & Debates, 2009.

**Miranda**, Margarida, *O Código Pedagógico dos Jesuítas*, Lisboa, Esfera do Caos, 2009.

*Navegações*. *Revista de Literatura e Culturas de Língua Portuguesa*, Porto Alegre, Volume 2, n.º 1, Janeiro / Junho, 2009.

*Navegações*. *Revista de Literatura e Culturas de Língua Portuguesa*, Porto Alegre, Volume 2, n.º 2, Julho / Dezembro, 2009.

**Pereira**, Henrique Manuel (coord.), *A Música de Junqueiro*, Porto, Escola das Artes, Som e Imagem da Universidade Católica Portuguesa do Porto, 2009.

**Real**, Miguel, *José Enes. Poesia, Açores e Filosofia*, Lisboa, Fonte da Palavra, 2009.

**Rita**, Annabela, *Itinerário*, Lisboa, Roma, 2009.

**Rocheta**, Maria Isabel, Serafina Martins, *Conto Português (séculos XIX-XXI)*, vols. 1, 2, e 3, Antologia Crítica, Porto, Caixotim, 2009.

**Sena**, Jorge de, *O Físico Prodigioso*, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2009.

**Weigert**, Beatriz, *Retórica e Carnavalização: Nélida Piñon e Maria Velho da Costa*, Lisboa, CLEPUL, 2009.

**2010**

**Antunes**, Padre Manuel, *Obra Completa, Tomo VI. Correspondência e outros textos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

**Carvalho**, Alberto de, *Livros, Textos, Leituras*, Lisboa, CLEPUL, 2010.

**Chora**, Dina Chainho, Ana Salgueiro Rodrigues, Elisabete Ricardo Gomes, Ana Paula Bernardo, *Vozes de Cabo Verde e de Angola: quatro percursos literários*, Lisboa, CLEPUL, 2010.

**Cieszńska**, Béata, (chief editor), *IberoSlavica, Yearbook of the International Society for Iberian-Slavonic Studies – CompaRes*, Lisboa, CLEPUL, 2010.

**Chaves**, Vânia Pinheiro (coord.), *Cadernos de Estudos Brasileiros. Um Marco da Literatura Brasileira do Século XX: António Callado (1917-1997)*, n.º 3, Lisboa, Departamento de Literaturas Românicas (Estudos Brasileiros), CLEPUL, 2010.

**Cristóvão**, Fernando, *Cadernos de Literatura de Viagens (Subsídios para o Estudo dos Índios das Américas)*, Coimbra, Almedina, 2010.

**Cristóvão**, Fernando, *Literatura de Viagens: Da Tradicional à Nova e à Novíssima*, Coimbra, Almedina, 2010.

**Cristóvão**, Fernando, *Vida e Feitos Heróicos do Grande Condestável e suas Descendências* (coord.), Lisboa, Esfera do Caos, 2010.

**Franco**, José Eduardo (coord.), *Dicionário Histórico das Ordens, Instituições Religiosas e Outras Formas de Vida Consagrada Católica em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 2010.

**Franco**, José Eduardo (coord.), *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 2010.

**Franco**, José Eduardo, Ana Cristina da Costa Gomes, *Dominicanos em Portugal: História, Cultura e Arte. Homenagem a José Augusto Mourão op*, Lisboa, Alêtheia, 2010.

**Franco**, José Eduardo, Ana Cristina da Costa Gomes, José Augusto Mourão, Vítor Serrão (coord. científica), *Monjas Dominicanas: Presença, Arte e Património em Lisboa*, Lisboa, Alêtheia, 2010.

**Franco**, José Eduardo, Béata Cieszńska, Teresa Pinheiro (eds.), *Europa de Leste e Portugal. Realidades, Relações e Representações*, Lisboa, Esfera do Caos, 2010.

**Franco**, José Eduardo, Luís Machado de Abreu (coord.), *Ordens e Congregações Religiosas no Contexto da I República*, Lisboa, Gradiva, 2010.

**Moreira**, Maria Eunice (org.), *Gonçalves Dias e a Crítica Portuguesa no Século XIX*, Lisboa, CLEPUL, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

**Pereira**, Henrique Manuel (coord.), *À volta de Junqueiro. Vida, obra, pensamento*, Porto, Universidade Católica Portuguesa, 2010.

**Pereira**, Henrique Manuel, *Guerra Junqueiro, de Freixo para o Mundo*, Freixo, Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, 2010.

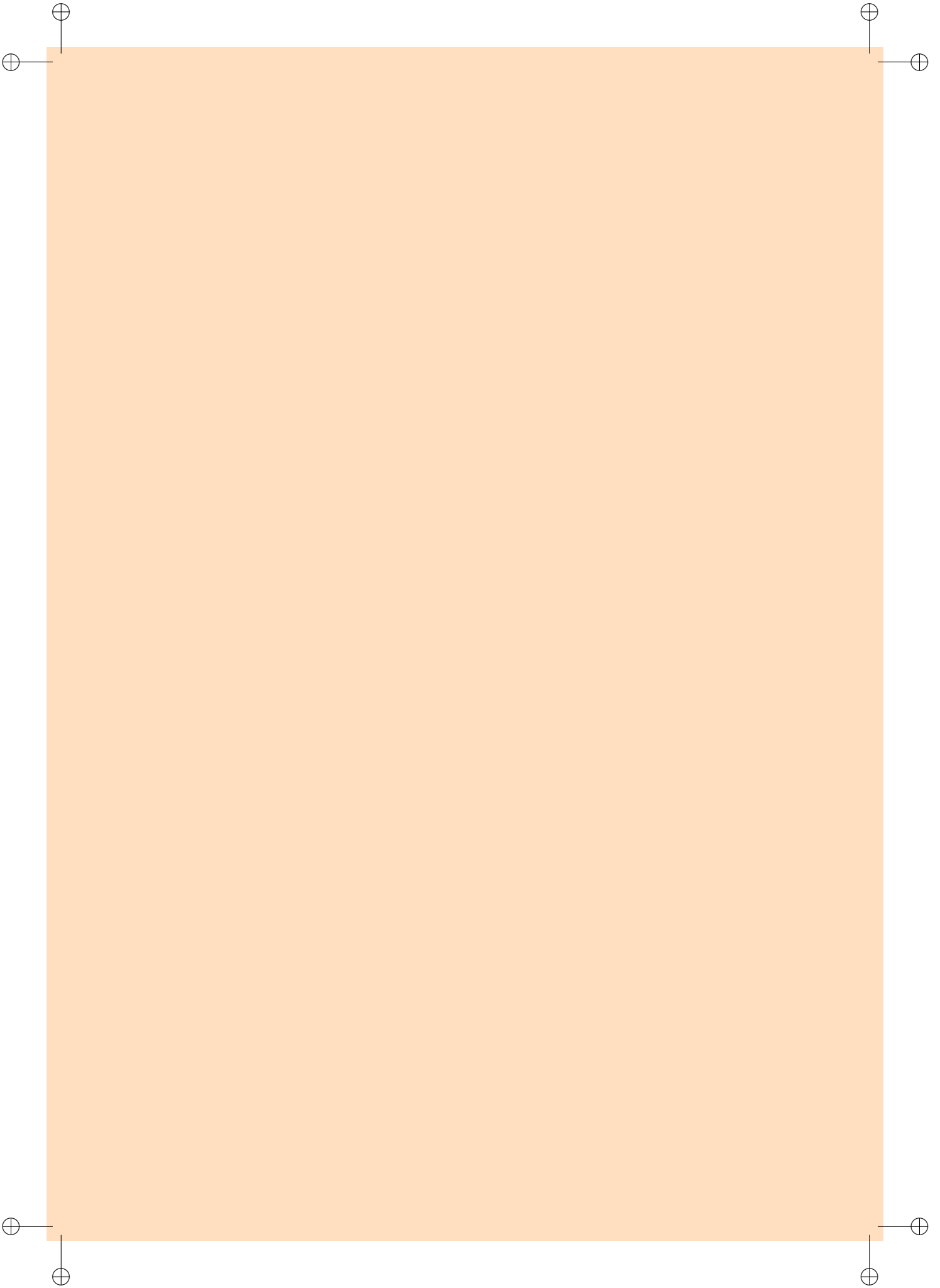
**Rocheta**, Isabel Rocheta, Margarida Braga Neves (coords.), *O Conto na Lusofonia*, Lisboa, Caixotim, 2010.

**Rodrigues**, Ernesto, *5 de Outubro, uma Reconstituição*, Lisboa, Gradiva, 2010.

**Rita**, Annabela, *Cartografias Literárias*, Lisboa, Esfera do Caos, 2010.

**Sobrinho**, Maria Manuela, *Dom Juan e o donjuanismo*, Lisboa, Fonte da Palavra, 2010.

**Sousa**, Carlos Teixeira de, *Crónicas de Ernesto Lara (Filho)*, Lisboa, CLEPUL, 2010.

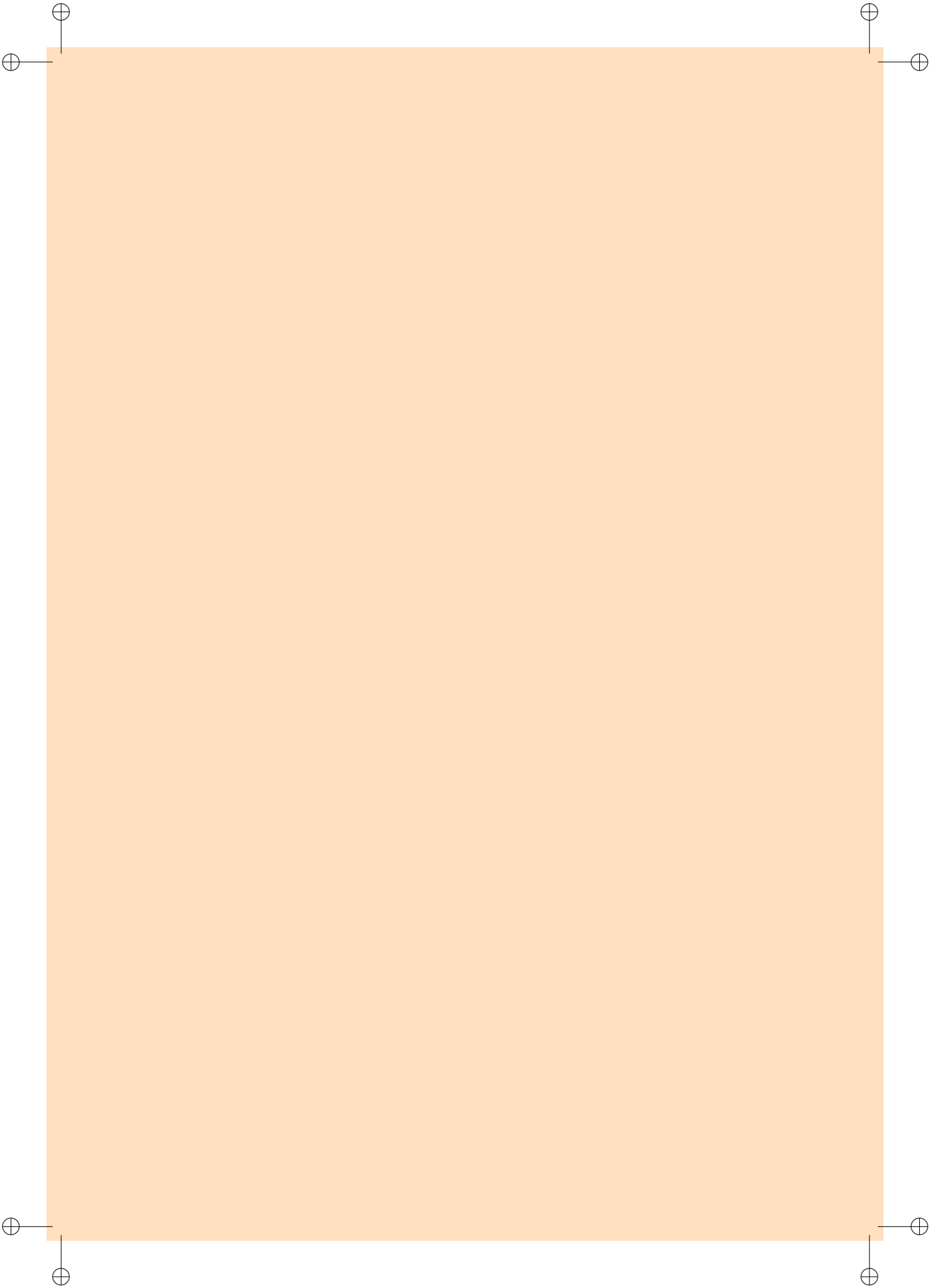






**Parte IX**

**ARQUIVO DOCUMENTAL**



**DECRETO do Príncipe Regente de Portugal pelo qual declara  
a sua intenção de mudar a corte para o Brazil, e erige uma  
Regencia, para governar em sua ausencia**

Tendo procurado, por todos os meios possiveis, conservar a Neutralidade, de que até agora tem gozado os Meus Fieis, e Amados Vassallos, e a pezar de ter exaurido o Meu Real Erario e de todos os mais Sacrificios, a que me tenho sujeitado, chegando ao excesso de fechar os portos dos Meus Reynos aos Vassallos do Meu antigo e Leal Alliado o Rey da Gram Bretanha, expondo o Commercio dos Meus Vassallos a total ruina, e a soffrer por este motivo grave prejuizo nos rendimentos da Minha Coroa: Vejo que pelo interior do Meu Reyno márcham Tropas do Imperador dos Franceses e Rey de Italia, a quem Eu Me havia unido no Continente, na persuasão de não ser mais inquietado; e que as mesmas se dirigem a ésta Capital: E querendo Eu evitar as funestas consequencias, que se podem seguir de uma defeza que seria mais nociva que proveitosa, servindo só de derramar sangue em prejuizo da humanidade, e capaz de accender mais a dissençaõ de umas Tropas, que tem transitado por este Reyno com o annuncio, e promessa de não commeterem a menor hostilidade; conhecendo igualmente, que ellas se dirigem muito particularmente contra a Minha Real Pessoa, e que os Meus Leaes Vassallos seraõ menos inquietados, ausentando-Me Eu deste Reyno: Tenho resolvido, em beneficio dos mesmos Meus Vassallos, passar com a Raynha Minha Senhora e May, e com toda a Real Familia para os Estados da America, e estabelecer-Me na Cidade do Rio de Janeiro, até a Paz Geral. E considerando mais quanto convem deixar o Governo destes Reynos naquella ordem, que cumpre ao bem delles e de Meus Povos, como cousa a que taõ essencialmente estou obrigado. Tendo nisto todas as consideraçõens, que em tal caso Me são presentes: Sou servido Nomear, para na Minha Ausencia governarem, e regerem estes Meus Reynos, o

Marquez de Abrantes, Meu muito Amado, e Prezado primo; Francisco da Cunha de Menezes, Tenente General dos meus Exercitos; o Principal Castro, do Meu Conselho; e Regedor das Justiças; Pedro de Mello Breyner, do Meu Conselho que servirá de Presidente do Meu Real Erario, na falta e impedimento de Luiz de Vasconselhos e Souza, que se acha impossibilitado com as suas molestias; Dom Francisco de Noronha, Tenente General dos Meus Exercitos, e Presidente da Meza da Consciencia e Ordens; e na falta de qualquer delles o Conde Monteiro Mor, que tenho nomeado Presidente do Senado da Camara, com a assistencia dos dous Secretarios, o Conde de Sampaio, e em seu lugar, Dom Miguel Pereira Forjaz, e do Desembargador do Paço, e Meu Procurador da Coroa, João António Salter de Mendonça, pela grande confiança que de todos elles Tenho, e larga experiencia que elles tem tido das cousas do mesmo Governo; Tendo por certo que os meus Reynos, e povos serão governados e regidos por maneira que a minha consciencia seja descarregada; e elles Governadores cumpram inteiramente a sua obrigação, em quanto Deus permitir que Eu esteja ausente desta Capital, administrando a Justiça com imparcialidade, distribuindo os premios e castigos conforme os merecimentos de cada um. Os mesmos Governadores o tenham assim entendido, e cumpram na forma sobredicta, e na conformidade das instrucçoens, que serão com este Decreto por Mim assinadas; e farão as participaçoens necessarias ás Repartiçoens competentes. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda em vinte e seis de Novembro de mil oitocentos e sete.

Com a Rubrica do Príncipe N.S.

*(Correio Braziliense, Vol. I, Londres, Junho de 1808, pp. 5 e 6.)*

## **ELEIÇÃO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO POR DEFENSORA E PROTECTORA DE PORTUGAL E SEUS DOMÍNIOS**

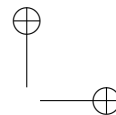
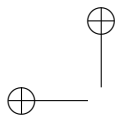
Dom João por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarues daquem e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné e da Conquista, navegação e Comercio da Ettiopia, Arabia, Persia, e da India etc. faço saber aos que esta minha provisão virem que sendo ora restituído por mercê muito particular de Deos nosso Senhor, à Coroa destes meus Reinos e senhorios de Portugal; considerando que o Senhor Rey Dom Afonso Henriques meu progenitor e primeiro Rey deste Reyno, sendo aclamado e leuantado por Rey, em reconhecimento de tão grande merce, de consentimento de seus Vassalos, tomou por essencial auogada sua a Virgem Mãy de Deos Senhora nossa, e debaixo de sua Sagrada protecção e amparo, lhe offereceo todos seus sucessores, Reino e Vassalos com particular tributo em sinal de feudo e Vassalagem; Dezejando eu imitar seu santo zelo, e a singular piedade dos senhores Reys meus predecessores, reconhecendo ainda em my auantajadas e continuas merces e benefcios da liberal e poderosa Mãy de Deos nosso Senhor por intercessão da Virgem nossa Senhora da Conceção: Estando ora juntos em Cortes com os três Estados do Reino, lhes fiz propor a obrigação que tínhamos de renouar e continuar esta promessa, e venerar e venerar com muito particular affecto, e solemnidade, a festa de Sua immaculada Conceção: E nellas, com parecer de todos, assentamos de tomar por padroeira de nossos Reynos e Senhorios a Santíssima Virgem nossa Senhora da Conceção na forma de Breues dos SANTO PADRE Vrbano 8.<sup>o</sup>, obrigandome a hauer confirmação da Santa See Apostolica, e lhe offereço de nouo em meu nome e do Principe Dom Theodosio meu sobre todos muito amado e presado filho, e de todos os meus descendentes, sucessores, Reinos, senhores, e Vassalos, a sua Santa Caza da Conceção sita em Vila Viçosa, por ser a primeira que ouve em Espanha desta inuocação,

sincoenta cruzados de ouro em cada hum anno em sinal de Tributo e Vassalagem: E da mesma maneira prometemos e juramos com o Príncipe e Estados, de confessar e defender sempre (té dar a vida sendo necessário) que a Virgem Maria Mãe de Deos, foi concebida sem peccado original tendo respeito a que a Santa Madre Igreja Romana a quem somos obrigados seguir e obedecer, celebra com particular officio e festa, sua Santissima e immaculada Concepção: saluando porem este juramento no Cazo em que a mesma Santa Igreja resolua o Contrario, esperando com grande confiança na infinita misericórdia de Deos nosso Senhor, que por meyo desta senhora padroeira e protectora de nossos Reynos e Senhorios, de quem, por honra nossa, nos ampare e defenda de nossos inimigos, com grandes acrescentamentos destes Reinos, para gloria de Christo nosso Deos, exaltação da nossa Santa Fee Catholica Romana, conuersão das gentes, e redução dos hereges.

E se alguma pessoa intentar couza alguma contra esta nossa promessa, juramento e vassalagem, por este mesmo effeito, sendo vassalo, o hauemos por não natural, e queremos que seja lançado logo fora do Reino; E se for Rey (o que Deos não permitta) haja a sua e nossa maldição, e não se conte entre nossos descendentes: esperando que pelo menos Deos que nos deu o Reino e sobio à dignidade Real, seja dela abatido e despojado. E para que em todo o tempo haja certeza dessa Eleição, promessa, e juramento firmada e estabelecida em Cortes, mandamos fazer della três autos publicos, um que será logo levado à Corte de Roma para se expedir a Confirmação da Santa See Apostolica, e outros dous que juntos à dita Confirmação, e esta minha prouisão se guarde no Cartorio da Caza de nossa Senhora da Concepção de Vila Viçosa, e na nossa Torre do Tombo.

Data nesta nossa Cidade de Lisboa aos vintasinco dias do mês de Março: Baltazar Roiz Coelho a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Cristo de 1646. P.<sup>e</sup> Vieira da Silva a fez escrever: El Rey.

(P.<sup>e</sup> Miguel de Oliveira, *SANTA MARIA na História e na Tradição Portuguesa*, União Gráfica, Lisboa, s.d.)



**Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT –  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto “Projecto  
Estratégico – UI 77 – 2011-2012”**

